COLEÇÃO
COMUNICAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

UFRR

NÚCLEO DE PESQUISA SEMIÓTICA DA AMAZÔNIA

COLEÇÃO
COMUNICAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

CICLO DE VIDA DO ECOTURISMO NO LAGO CARACARANÃ, RR

ALEXANDRINA MARIA DE ANDRADE LIMA
ELÓI MARTINS SENHORAS
VANUSCLÉIA SILVA SANTOS RIKILS

COLEÇÃO
COMUNICAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

CICLO DE VIDA DO ECOTURISMO NO LAGO CARACARANÃ, RR

ALEXANDRINA MARIA DE ANDRADE LIMA
ELÓI MARTINS SENHORAS
VANUSCLÉIA SILVA SANTOS RIKILS

EDITORA UFRR

CICLO DE VIDA DO ECOTURISMO NO LAGO CARACARANÃ, RR

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA – UFRR

Reitor:
Jefferson Fernandes do Nascimento

Vice-Reitor:
Américo Alves de Lyra Júnior

Pró-Reitora de Ensino e Graduação:
Lucianne Braga Oliveira Vilarinho

EDITORA DA UFRR

Diretor da EDUFRR:
Cezário Paulino Bezerra de Queiroz

CONSELHO EDITORIAL

Alexander Sibajev
Edlauva Oliveira dos Santos
Cássio Sanguini Sérgio
Guido Nunes Lopes
Gustavo Vargas Cohen
Lourival Novais Neto
Luís Felipe Paes de Almeida
Marisa Barbosa Araújo Luna
Rileuda de Sena Rebouças
Silvana Túlio Fortes
Teresa Cristina Evangelista dos Anjos
Wagner da Silva Dias

Editora da Universidade Federal de Roraima
Campus do Paricarana – Av. Cap. Ene Garcez, 2413,
Aeroporto - CEP.: 69.304-000. Boa Vista - RR - Brasil
Fone:+55.95.3621-3111 e-mail: editoraufrr@gmail.com

A Editora da UFRR é filiada à:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS

Asociación de Editoriales Universitarias de América Latina y el Caribe

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA - UFRR

Volume 23

CICLO DE VIDA DO ECOTURISMO NO LAGO CARACARANÃ, RR

ALEXANDRINA MARIA DE ANDRADE LIMA
ELÓI MARTINS SENHORAS
VANUSCLÉIA SILVA SANTOS RIKILS

BOA VISTA/RR
2017

Editora da Universidade Federal de Roraima

Todos os direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

NÚCLEO DE PESQUISA SEMIÓTICA DA AMAZÔNIA

EXPEDIENTE

Revisão:
Elói Martins Senhoras

Capa:
Berto Batalha Machado Carvalho
Elói Martins Senhoras

Projeto Gráfico e Diagramação:
Berto Batalha Machado Carvalho
Elói Martins Senhoras

Organizadores da Coleção
Elói Martins Senhoras
Maurício Zouein

Conselho Editorial
Charles Pennaforte
Claudete de Castro Silva Vitte
Elói Martins Senhoras
Maurício Elias Zouein
Sandra Gomes
Sônia Costa Padilha

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

LIMA, Alexandrina Maria de Andrade; SENHORAS, Elói Martins; RIKILS, Vanuscléia Silva Santos

Ciclo de vida do ecoturismo no Lago Caracaranã, RR. Boa Vista: Editora da UFRR, 2017, 89 p.

Coleção: Comunicação e Políticas Públicas, v. 23. Elói Martins Senhoras, Maurício Elias Zouein (organizadores).

ISBN: 978-85-8288-133-0

1- Ecoturismo. 2 - Lago Caracaranã. 3 - Roraima. 4 - Terra Indígena Raposa Serra do Sol.
I - Título. II - Lima, Alexandrina Maria de Andrade. III - Série

CDU – 327

FICHA CATALOGRÁFICA: BIBLIOTECA CENTRAL DA UFRR

A exatidão das informações, conceitos e opiniões são de exclusiva responsabilidade do autor.

EDITORIAL

O Núcleo de Pesquisa Semiótica da Amazônia (NUPS), da Universidade Federal de Roraima (UFRR), criou a "Coleção Comunicação & Políticas Públicas" com o objetivo de divulgar livros de caráter didático produzidos por pesquisadores da comunidade científica que tenham contribuições nas amplas áreas da comunicação social e das políticas públicas.

O selo "Coleção Comunicação & Políticas Públicas" é voltado para o fomento da produção de trabalhos intelectuais que tenham qualidade e relevância científica e didática para atender aos interesses de ensino, pesquisa e extensão da comunidade acadêmica e da sociedade como um todo.

As publicações incluídas na coleção têm o intuito de trazerem contribuições para o avanço da reflexão e da *praxis*, seja na comunicação social, seja nas políticas públicas, e para a consolidação de uma comunidade científica comprometida com a pluralidade do pensamento e com uma crescente institucionalização dos debates nestas áreas.

Concebida para oferecer um material sem custos aos universitários e ao público interessado, a coleção é editada nos formatos impresso e de livros eletrônicos a fim de propiciar a democratização do conhecimento sobre as relações internacionais *lato sensu* por meio do livre acesso e divulgação das obras.

Elói Martins Senhoras, Maurício Elias Zouein
(Organizadores da Coleção Comunicação & Políticas Públicas)

No mais extremo setentrião, no extremo norte do meu Brasil, implantou-se Normandia, terra hospitaleira e de encantos mil. Com teus campos verdejantes, pujante e linda "Canaã", retratas com todo esplendor o inigualável Caracaranã.

Hino à Normandia
(Vivaldo Araújo)

APRESENTAÇÃO

O presente livro sobre o fenômeno do ecoturismo no Lago Caracaranã, localizado no município de Normandia, estado de Roraima, caracteriza-se como uma pesquisa pioneira na área de estudo e que reflete o contexto de crescente produção científica sobre turismo sustentável, ecoturismo e etnoturismo no Brasil e no mundo.

O trabalho tem como objetivo analisar a evolução do ciclo de vida dos serviços de ecoturismo no Lago Caracaranã, no período entre as décadas de 1970 e 2010, sendo elaborada com base em um método histórico-dedutivo caracterizado como exploratório, descrito e explicativo, quanto aos fins, e, qualitativo, quanto aos meios, que se fundamentou na triangulação dos procedimentos metodológicos de revisão bibliográfica e documental, revisão integrativa e estudo de caso.

Os resultados da pesquisa apresentados neste livro demonstram a existência de um ciclo de vida relacionado à exploração do turismo no Lago Caracaranã, cuja periodização em quatro fases comprova em sua última etapa que houve uma estrutural inflexão, oriunda da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (TIRSS) pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no ano de 2008.

A presente obra conclui, com base nos resultados da pesquisa, que o território do Lago Caracaranã apresenta uma dinâmica formação territorial na curta duração permeada pela mudança nos direitos de propriedade da terra em razão da demarcação da TIRSS, o que repercutiu em negativas inflexões abruptas no ciclo de vida do ecoturismo em relação às fases históricas preexistentes.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 13

EVOLUÇÃO DO ECOTURISMO NO LAGO CARACARANÃ 31

CONSIDERAÇÕES FINAIS 61

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 71

SOBRE OS AUTORES 81

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO 85

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Toda cultura ou sistema estruturado socialmente possui um modo único para entender situações e eventos, o que afeta diretamente a conduta humana componente dessa estrutura social. Ao tratar dos estudos relativos ao ambiente e seus espaços concernente à realidade sócio material das sociedades, por vezes atrela-se a pesquisa a ser desenvolvida por meio da leitura historiográfica e geográfica, uma vez que se utiliza de fatos da formação territorial como instrumento e justificativa para tratar de variáveis intervenientes nos processos que envolvem a realidade dos sujeitos.

Tomando como referência os arcabouços historiográfico, geográfico e turismólogo, o estudo interdisciplinar e interdependente de fatos da formação territorial roraimense adquire relevância nesta pesquisa, uma vez que se objetiva analisar a evolução e as mudanças existentes do ciclo de vida do ecoturismo no Lago Caracaranã, um ponto turístico considerado clássico em Roraima, que fica localizado no município de Normandia, dentro da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (TIRSS).

Em um contexto de crescente relevância dos estudos sobre o turismo e o seu papel na promoção do (etno)desenvolvimento, o presente livro toma o Lago Caracaranã como objeto de estudo, justamente por apresentar uma iminente contradição de não ser estudo, mesmo sendo considerado, historicamente, como um dos principais pontos turísticos do estado de Roraima, a despeito do baixíssimo desempenho do seu atual ciclo de vida desde a demarcação da TIRSS.

Localizado em um território que no seu contexto histórico sempre foi palco de interação, convergências e divergências entre

os de dentro (*insiders*) e os de fora (*outsiders*) de conflitos, o Lago Caracaranã se destaca como uma paisagem natural existente em um complexo lacustre no município de Normandia justamente pelos distintos usos antrópicos, seja, como lócus de exploração de serviços turísticos a partir do final da década de 1970, seja, como, território de ressignificação da agenda política indigenista a partir da década de 2010.

Com base nestas discussões, a presente seção de introdução apresenta os quatro fundamentos de construção do trabalho, tanto, por meio de uma minuciosa identificação das etapas existentes na agenda de pesquisa e nos procedimentos metodológicos utilizados, quanto, pela caracterização da área de estudo e dos principais marcos teórico-conceituais.

1. AGENDA DE PESQUISA

A agenda de pesquisa apresentada neste livro toma como referência uma estrutura de fundamentação baseada em um *mix* de justificativas e um encadeamento de lógica dedutiva que é delimitado por um problema e por duas hipóteses que confluem em uma tese, repercutindo, assim, na delimitação de um objetivo geral e de seus objetivos específicos.

1.1 Justificativa

As razões que fundamentaram o desenvolvimento da presente pesquisa estão alicerçadas em três pilastras que manifestam macro e micro motivações, caracterizando-se pela complementaridade coletiva e individual existente nos perfis de

justificativas, os quais são identificados em suas especificidades pelas naturezas fenomenológica, científica e profissional.

A justificativa fenomenológica é apresentada pela crescente relevância de debates sobre o turismo em Roraima em um contexto de mudança institucional dos direitos de propriedade sobre a terra após a Constituição de 1988, com a demarcação de reservas indígenas, o que repercutiu na limitação do aproveitamento turístico dos principais pontos de turismo do estado, a Pedra Pintada na Terra Indígena São Marcos (turismo arqueológico[1]), e, o Lago Caracaranã na Terra Indígena Raposa Serra do Sol (ecoturismo).

A justificativa científica para o desenvolvimento da pesquisa se fundamentou na lacuna existente sobre o tema do turismo em áreas indígenas em Roraima, a despeito do volume crescente de estudos sobre etnoturismo na Amazônia, vindo o trabalho a corroborar com a linha de pesquisa "Turismo e Políticas Públicas" do grupo de pesquisa *Interdisciplinaridade, Comunicação & Políticas Públicas*, da Universidade Federal de Roraima (UFRR).

A justificativa profissional para o estudo residiu em um claro interesse natural dos pesquisadores consubstanciado pela formação prévia nas áreas de Turismo, Geografia e Administração e os seus envolvimentos em Roraima como professores em diferentes cursos superiores, os quais permitiram entrar em contato com a área de estudo do Lago Caracaranã em distintas viagens de campo, bem como, com a realidade enfrentada pelos índios da Terra Indígena Raposa Serra do Sol.

[1] Turismo arqueológico ou turismo em sítios arqueológicos é compreendido como um segmento do turismo cultural focado em visitações em sítios arqueológicos, caracterizando-se como um instrumento sustentável que concilia a geração de renda e trabalho simultaneamente à preservação dos recursos culturais-arqueológicos (VELOSO; CAVALCANTI, 2007).

1.2 Problema, hipóteses, tese e objetivos

O presente estudo possui sua problemática refletida no inquietante questionamento, difundido em Roraima na população indígena e não indígena, se, com a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (TIRSS) em 2008, a exploração do turismo no Lago Caracaranã tenderá a entrar em uma crise estrutural ou eventualmente poderá até mesmo ser ampliada?

Em outros termos, o livro procura desenvolver uma pesquisa que responda se a transformação do Lago Caracaranã em terra indígena em 2008 impacta negativamente na continuidade da exploração de um padrão de ecoturismo pré-existente, ou, se antes, tende a ampliá-lo com a incorporação da dimensão de etnoturismo.

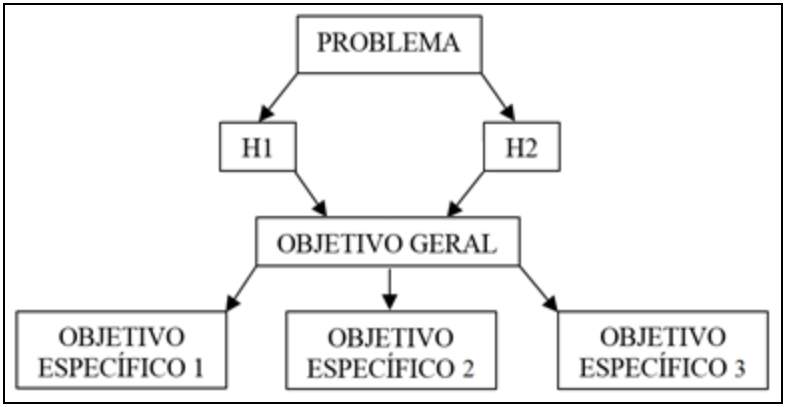
A fim de responder a este problema, a pesquisa se utiliza de duas hipóteses basilares que são relacionadas entre si de maneira complementar, por meio de uma lógica dedutiva, que parte dos marcos teórico-conceituais do ciclo de vida dos serviços turísticos, como hipótese 1 (H1 - variável independente) até chegar aos marcos concretos de percepção sobre o declínio estrutural do ecoturismo no Lago Caracaranã, como hipótese 2 (variável dependente).

A hipótese 1 (variável independente) é identificada pelos marcos teórico-normativos da pesquisa, podendo pode ser sintetizada na afirmação de que o estudo do ciclo de vida dos serviços turísticos no Lago Caracaranã entre as décadas de 1970 e 2010 pode ser apreendido a partir da identificação da existência de distintas territorialidades e usos do território em conformidade com as mudanças das forças no campo de poder entre indígenas e não indígenas.

A hipótese 2 (variável dependente) é identificada pelos marcos empíricos da análise do ciclo de vida do turismo no Lago Caracaranã e pode ser sintetizada na asserção de declínio e ruptura na exploração dos serviços turísticos a partir de 2008 em razão da mudança nos direitos de propriedade da terra com a definição do Supremo Tribunal Federal (STF) na demarcação de maneira contínua da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (TIRSS), o que repercutiu em um processo de desintrusão de não indígenas da região.

A conjugação da hipótese 1 e da hipótese 2 fundamentam a tese de que na área do Lago Caracaranã persiste uma exploração sustentável da paisagem natural após a desintrusão dos ex proprietário não indígenas, embora, tenha surgido uma nova territorialidade por parte da comunidade indígena, uma vez que houve uma ressignificação desta área de um espaço simbólico presente na cosmovisão dos antepassados indígenas em detrimento da conformação em um espaço político de fortalecimento da identidade e das políticas indígenas

Figura 1 - Problema, hipóteses, tese, e objetivos



Fonte: Elaboração própria.

O *objetivo geral* do livro é explicar e caracterizar a evolução do ciclo de vida da exploração turística do Lago Caracaranã, localizado no município de Normandia – RR, tomando como referência uma periodização entre as décadas de 1970 a 2010, as quais registram marcos de inflexão no aproveitamento da paisagem por distintos atores desde a época da Fazenda Caracaranã até a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (TIRSS).

O primeiro objetivo específico da pesquisa foi analisar e caracterizar a formação socioambiental da área de estudo do Lago Caracaranã à luz da ótica geográfica por meio da identificação da localização no seu contexto regional e das características físicas do macro ambiente, do estudo da área e da paisagem natural, bem como da análise microbiológica de suas águas.

O segundo objetivo específico foi analisar o aproveitamento turístico do Lago Caracaranã a partir da década de 1970, quando a Fazenda Caracaranã pertencia à família Corrêa de Melo, a fim de caracterizá-lo e de mostrar as estratégias e atividades que engendraram um ciclo de vida dos serviços turística até o ano de 2009, quando a área se tornou Terra Indígena em função de decisão judicial do Supremo Tribunal Federal (STF).

O terceiro objetivo específico é analisar a ruptura no aproveitamento turístico do Lago a partir do ano de 2008 e o seu início de um novo ciclo de vida, com características ligadas ao etnodesenvolvimento a partir de 2011, em razão da mudança dos direitos de propriedade da terra da Fazenda Caracaranã em prol dos povos indígenas da região trazida pela demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (TIRSS).

1.2 RECORTE METODOLÓGICO DA PESQUISA

A fundamentação metodológica que baliza o desenvolvimento da presente pesquisa foi estruturada, quanto à finalidade, bem como aos meios utilizados na coleta e trabalho por meio de diferentes procedimentos metodológicos de coleta, processamento e análise de dados primários e secundários que vão fundamentar o estudo e a produção dos conhecimentos sobre a evolução do ecoturismo no Lago Caracaranã.

Quanto aos fins, a presente pesquisa é classificada como descritiva, explicativa e exploratória, pois se fundamenta na análise e caracterização teórica e empírica do ciclo de vida dos serviços de turismo no Lago Caracaranã por meio de uma caracterização sócio espacial e histórica da área no período entre as décadas de 1970 e 2010.

Conforme Gil (2009), a razão pelo desenvolvimento de uma pesquisa descritiva, tem a vantagem não apenas aprofundar o conhecimento curricular da realidade estudada, fundamentando e explicando a ocorrência de fatores que contribuam para a razão e motivo das coisas, mas também de indicar eventuais melhorias à luz comparativa de arcabouço teórico-normativo-empírico.

Quanto aos meios, a pesquisa possui um delineamento do estudo que se caracteriza por uma abordagem qualitativa, a qual se fundamenta na coleta e trabalho com informações visando compreender a complexidade do objeto de estudo sobre a exploração do ecoturismo no Lago Caracaranã frente à existência de diferentes interesses entre atores indígenas e não indígenas e a mudança dos direitos de propriedade da área, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) no ano de 2008.

Os métodos adotados na pesquisa são identificados pelos procedimentos de revisão bibliográfica e documental, revisão integrativa e estudo de campo, justamente a fim de conciliar o maior levantamento possível de informações em dados primários (documentos, legislações, estatísticas, e trabalho de campo com aplicação de entrevistas) e em dados secundários (livros e periódicos científicos, bem como, dados disponibilizados por jornais, instituições governamentais e de classe em portais de *internet*).

Os procedimentos metodológicos de pesquisa obedecem uma lógica dedutiva que se estruturam em um estudo que partiu de marcos de abstração teórica e normativa, por meio do método de revisão bibliográfica e documental, até se chegar a uma análise empírica sobre o Lago Caracaranã, com base, tanto, no método de estudo de caso desenvolvido via entrevistas e registro fotográfico, quanto, no método de revisão integrativa de informações em portais eletrônicos de jornais e do Conselho Indígena de Roraima (CIR).

Em primeiro lugar, o método de revisão bibliográfica e documental foi utilizado transversalmente na pesquisa a partir de registros disponíveis, decorrentes de pesquisas anteriores em livros, periódicos e diversos documentos impressos, acrescentando-se também documentos em formato eletrônico disponibilizados por órgãos oficiais como o IBGE, ou, por entidades reconhecidas no campo da pesquisa nacional ou internacional.

Em segundo lugar, o método de estudo de caso esteve alicerçado no cruzamento de informações levantadas na revisão bibliográfica e documental, e, em trabalho de campo com base em registro fotográfico e na aplicação de entrevista junto aos principais *stakeholders* relacionados direta ou indiretamente com o tema e a área de estudo.

Por um lado, as entrevistas aconteceram com um perfil variado de atores (indígenas e não indígenas) direta ou indiretamente relacionado com a temática e que se disponibilizou voluntariamente ou por recomendação institucional de seus órgãos. Os entrevistados, suas identificações e as datas das entrevistas são descritos a seguir por ordem cronológica:

a) *Joaquim Corrêa de Melo*: Ex proprietário da Fazenda Caracaranã, desintrusado com a demarcação da TIRSS. Entrevista concedida em 02 de maio de 2015;

b) *Zelandes Alberto Oliveira*: Indígena, professor e turismólogo formado pelo Instituto Federal de Roraima (IFRR) e residente na Terra Indígena Raposa Serra do Sol (TIRSS), o qual pesquisou e escreveu sobre o Lago. Entrevista concedida em 04 de maio de 2015;

c) *Ricardo Peixoto*: Diretor do Departamento de Turismo do Governo do Estado de Roraima. Entrevista concedida em 06 de maio de 2015;

d) *Hélio Zanona*: Operador de turismo da maior empresa do setor em Roraima. Entrevista concedida em 07 de maio de 2015;

e) *Maria Lima da Silva*: Agente indigenista da FUNAI-RR atuante na região do Lago Caracaranã. Entrevista concedida em 08 de maio de 2015.

Por outro lado, a despeito da autorização da FUNAI para entrevistar indígenas no Lago Caracaranã, os membros da coordenação do Conselho Indígena de Roraima (CIR) não se prontificou a serem entrevistados e tampouco autorizou que entrevistas fossem feitas com indígenas *in loco* no Lago. A fim de contornar esta limitação, os discursos indígenas foram recolhidos, formalmente, apenas com agente indigenista da FUNAI, Maria

Lima da Silva, e, com o indígena turismólogo, Zelandes Alberto Oliveira, embora, informalmente, percepções tenham sido apreendidas na primeira semana de maio de 2015 com indígenas da região da Raposa que estudam no Instituto Insikiran de ensino indígena, pertencente à Universidade Federal de Roraima (UFRR).

Em terceiro lugar, o método da revisão integrativa foi utilizado especificamente para complementar as informações obtidas no trabalho de campo, bem como, preencher as lacunas existentes em razão da indisponibilidade dos membros da Coordenação Geral do Conselho Indígena de Roraima (CIR) para serem entrevistados para a pesquisa ou para autorizarem entrevistas oficiais junto aos indígenas que residem e fazem a gestão diária do Lago Caracaranã, na etno-região da Raposa na TIRSS.

Com base na triangulação destes métodos, a estruturação da pesquisa está fundamentada em uma lógica dedutiva que parte de marcos de abstração com base no levantamento de dados primários e secundários até se chegar a uma análise empírica por meio de um estudo de caso sobre a evolução histórica do ecoturismo no Lago Caracaranã.

O planejamento da pesquisa foi elaborado em três fases complementares e relativamente sincrônicas, com levantamento bibliográfico e documental, revisão integrativa e trabalho de campo, a fim de permitir o amadurecimento das análises com informações qualitativas com base empírica, documental e teórico-normativa.

Na fase de *revisão bibliográfica* exploratória foram consultadas fontes secundárias de dados nos temas de turismo, etnodesenvolvimento, dinâmicas territoriais e formação histórica de Roraima, por meio de livros, periódicos científicos e trabalhos de conclusão de curso (mestrado e doutorado) *vis-à-vis* ao

levantamento documental de dados primários físico e eletrônicos em órgãos públicos federais e estaduais.

Na fase de *revisão integrativa* foram consultadas as informações sobre atividades no Lago Caracaranã disponibilizadas nos portais eletrônicos do Conselho Indígena de Roraima (CIR) e de jornais a fim de delimitar e categorizar quali-quantitativamente o perfil de uso do Lago por parte da comunidade indígena.

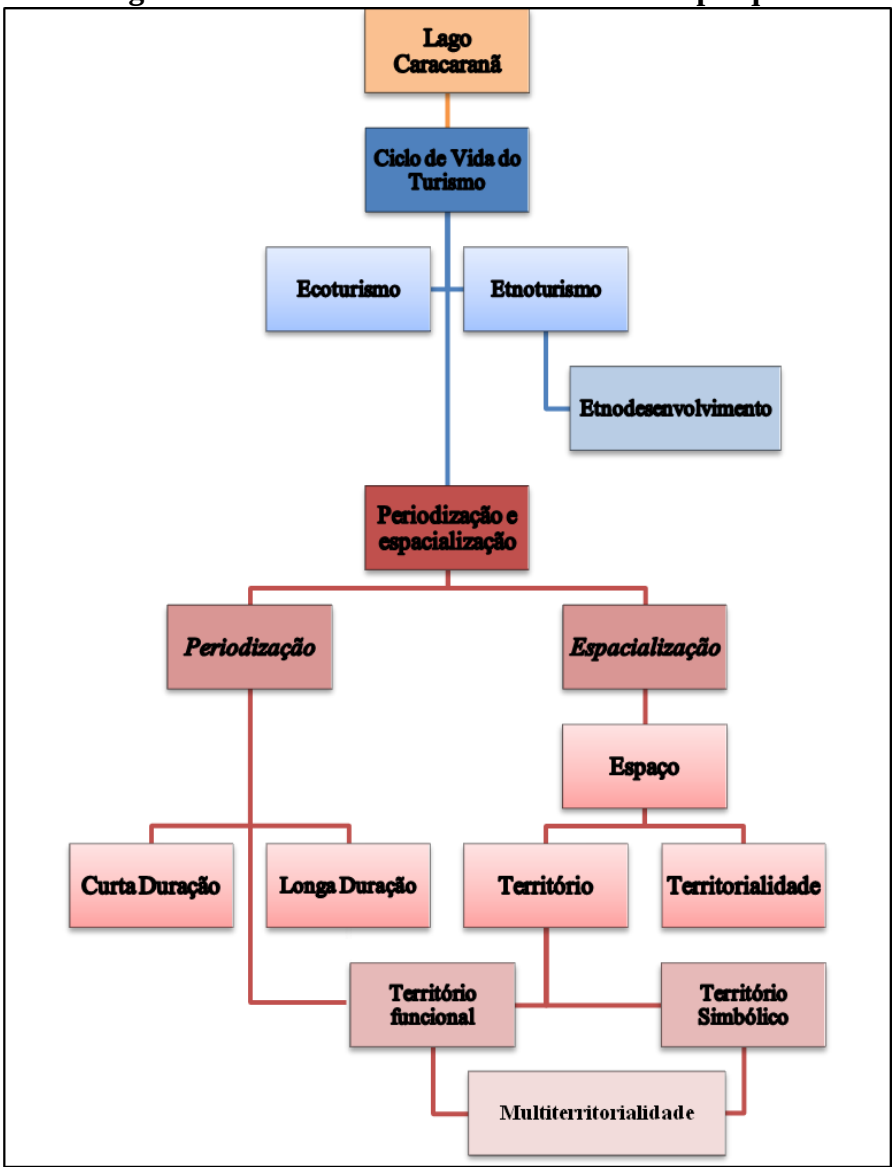
Na *fase de estudo de caso* com base em *trabalho de campo*, foram realizadas a etapas, tanto, de aplicação de entrevistas presenciais junto a diferentes atores direta e indiretamente relacionados com o Lago Caracaranã e com a sua exploração turística findando avaliar seus discursos para caracterizar o campo de poder existente entre indígenas e não indígenas.

1.3 RECORTE TEÓRICO DA PESQUISA

A pesquisa se desenvolveu com base em uma leitura multidisciplinar comandada principalmente pelas fundamentações de periodização dos estudos históricos (FARAGI, 1991; SANTILLE, 1994) e de espacialização das ciências geográficas (RAFFESTIN, 1993; BECKER, 1991; HAESBERT, 2014) a fim de analisar o ciclo de vida dos serviços turísticos no Lago Caracaranã.

O encadeamento lógico dos conceitos é apresentado a partir de um fluxograma conceitual que visa funcionalmente analisar a realidade empírica do Lago Caracaranã (identificado em verde), por meio de um primeiro nódulo conceitual de ciclo de vida do turismo, do qual se derivam os conceitos de ecoturismo, etnoturismo e etnodesenvolvimento, bem como, de um segundo nódulo conceitual de periodização (curta e longa duração) e de espacialização com base nos conceitos de espaço, território e territorialidade.

Fluxograma 1 - Recortes teóricos utilizados na pesquisa



Fonte: Elaboração própria.

No primeiro nódulo teórico, a centralidade do conceito de ciclo de vida do turismo é apreendida pela clássica definição de Butler (1980) adaptada dos estudos mercadológicos em que o turismo de qualquer localidade pode ser apreendido por uma curva temporal de evolução, na qual estão apreendidas as diferentes fases de expansão, estabilidade e declínio dos serviços turísticos.

Tomando como referência o conceito de ciclo de vida do turismo, a pesquisa analisa o processo de exploração embrionária e desenvolvimento dos serviços de ecoturismo no Lago Caracaranã no período de Fazenda Caracaranã até surgir um momento de inflexão com a demarcação da TIRSS, abrindo possibilidades para a conformação de um novo ciclo de vida do turismo, com base no conceito de etnoturismo, valorizando e respeitando os conhecimentos tradicionais e a cosmologia indígena na relação homem-natureza.

De um lado, o conceito de ecoturismo é compreendido como um padrão específico de turismo no qual há uma harmônica interação entre o turista e o meio ambiente, quando atendidas características fundamentais de minimização em termos de impacto ambiental e às culturas anfitriãs, bem como de maximização dos benefícios econômicos para as comunidades anfitriãs e da satisfação ou utilidade dos serviços para os turistas (CAMPOS, 2005).

De outro lado, o conceito de etnoturismo é identificado pelo rol de atividades desenvolvidas pelos atores de demanda turística no encontro com os povos indígenas em consonância com o conceito de turismo indígena que representa o lado da oferta turística, ao aludir a construção participativa de oferta de serviços turísticos por parte das etnias indígenas. Por sua vez, a confluências entre o sistema de demanda (etnoturismo) e oferta (turismo indígena) repercutem na definição de uma perspectiva de

desenvolvimento baseando-se na cosmovisão dos povos indígenas (GONZÁLEZ, 2008).

Compondo um quadro maior de derivação do próprio conceito de etnoturismo está presente o macro conceito de etnodesenvolvimento, cujo propósito prático e teórico fundamenta-se em uma *práxis* em "que as comunidades indígenas tenham o controle de seus recursos naturais, objetivando a satisfação de suas necessidades básicas, com foco na resolução dos problemas e carências locais, valorizando e utilizando os conhecimentos e tradições locais para solução das dificuldades" (NOGUEIRA, 2013, p. 03).

No segundo nódulo teórico, os conceitos de espacialização e periodização se intercruzam para poder se mostrar a dinâmica evolutiva da formação territorial do Lago Caracaranã à luz do campo de poder existente conjunturalmente na curta duração ou estruturalmente na longa duração, o que repercute em diferentes usos do território e na coexistência de diferentes multiterritorialidades por parte de distintos atores no uso funcional do território ou em sua projeção simbólica.

Com base nos estudos da historiografia francesa é possível se fazer uma apreensão metodológica dos fenômenos ao longo do tempo por meio da formação de periodizações que levem em consideração as forças profundas de caracterização estrutural dos fatos na longa duração ou as forças rasas, identificadas conjunturalmente na curta duração (SENHORAS, 2015).

Sob o prisma dos estudos geográficos, a espacialização dos fenômenos pode ser analisada por meio dos conceitos de espaço, o qual é compreendido como uma totalidade material ou simbólica conformada por um sistema de ações e objetos (SANTOS, 2006), bem como de território que é apreendido como uma escala de manifestação histórica em que distintos atores atuam,

conformando um campo de poder e produzindo diferentes percepções de territorialidade (BECKER, 1991; RAFFESTIN, 1993; MORAES, 2004; HAESBAERT, 2014).

O conceito de território apresenta uma dupla conotação, seja, como território material (ou território funcional), caracterizado pela manifestação de funções concretas, seja como território simbólico, identificado pela manifestação cosmológica de valores e princípios no espaço (HAESBAERT, 2014). O território reflete as diferentes apreensões do poder existente nas relações do homem com o espaço, tal como um campo de poder (RAFFESTIN, 1993), que é socialmente construído, de maneira relacional, por meio de forças convergentes e divergentes.

Por sua vez o conceito de territorialidade manifesta uma dimensão política do uso, da organização funcional ou da apreensão do território por parte de atores específicos, quando estes conferem determinado significado simbólico, demonstrando, assim, que pode existir mais de uma territorialidade em um único território, ou, mesmo existir territorialidade na eventual ausência ou distância do homem em relação a um território (MORAES, 2004).

A leitura plástica de Haesbaert (2014) sobre o conceito de multiterritorialidade é relevante para compreender a ação ou processo que implica na possibilidade de se compreender um território em determinado momento a partir de uma leitura fluida e porosa que apresenta as diferentes territorialidades dos atores, revelando a natureza de campo de poder existente nos territórios, dadas as construções de diferentes significações (território simbólico) e usos por distintos atores (território funcional).

A apresentação dos conceitos de território, territorialidade e multiterritorialidade são importantes na pesquisa, pois permitem identificar a configuração do campo de poder existente no Lago

Caracaranã, enquanto, território que conjuga distintas apreensões simbólicas e de uso entre indígenas e não indígenas estruturadas na longa duração pelas invasões de terras e expulsão de indígenas e na curta duração pela demarcação da TIRSS pelo STF.

O território do Lago Caracaranã reflete um campo de poder que se manifesta pela multiterritorialidade, a existência de distintas percepções de territorialidade que foram sedimentadas no tempo pelos processos diacrônicos de ocupação portuguesa e brasileira, os quais repercutiram na conformação de direitos de propriedade para não indígenas e na expulsão dos povos indígenas.

Neste campo de poder de multiterritorialidades, observa-se que a territorialidade funcional do uso produtivo do território para a pecuária e para a exploração dos serviços turísticos do Lago Caracaranã do não indígena entra em conflito com a territorialidade simbólica indígena. Com a demarcação da TIRSS pelo STF, as territorialidades persistem, porém, o que se muda, são os direitos de propriedade sobre o território.

EVOLUÇÃO DO ECOTURISMO NO LAGO CARACARANÃ

EVOLUÇÃO DO ECOTURISMO NO LAGO CARACARANÃ

A literatura sobre turismo sustentável, do ecoturismo e do etnoturismo em terras indígenas tem passado nos últimos anos por uma significativa dinamização em razão de um sincronismo existente entre a expansão de uma comunidade epistémica na área de turismo e os processos de demarcação de terras indígenas após a proclamação da Constituição Federal de 1988.

Embora o etnodesenvolvimento com base no turismo represente o estado da arte em discussões teóricas e em pesquisas de campo, observa-se uma carência de estudos sobre áreas turísticas de propriedade privada que se transformaram território indígena e quais as implicações para os processos de desenvolvimento do turismo com base em novos atores e discursos.

Tomando como referência a Fazenda Caracaranã e a sua incorporação na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, a presente preenche uma lacuna existente na literatura, ao apresentar a evolução histórica do ecoturismo em diferentes momentos, por meio de um procedimento metodológico alicerçado em revisão bibliográfica e documental, bem como em trabalho de campo materializado por meio das técnicas de entrevista, mapeamento georreferenciado e registro fotográfico.

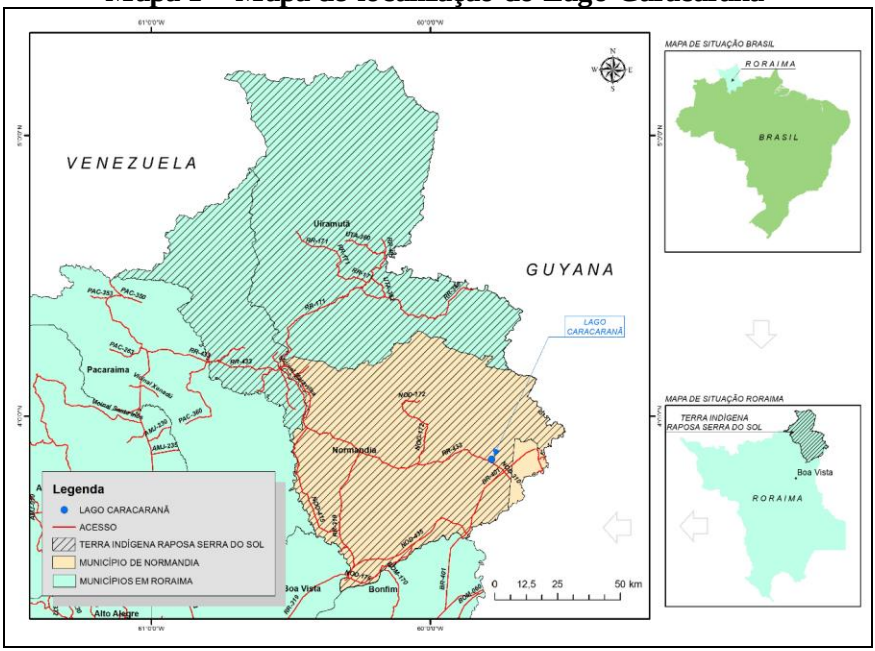
1. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O objeto do presente estudo é a evolução do ciclo de vida do fenômeno do ecoturismo em um dos mais importantes pontos turísticos consolidados em Roraima, o Lago Caracaranã, tomando como referência na pesquisa a delimitação da área de estudo por

meio de, tanto, uma *caracterização espacial*, quanto, uma *caracterização histórica*.

A localização da área de estudo do Lago Caracaraña está estabelecida na região nordeste do estado de Roraima, próxima à linha de fronteira internacional do Brasil com a República Cooperativa da Guyana, especificamente dentro da atual etno-região[2] da Raposa na Terra Indígena Raposa Serra do Sol (TIRSS), no município de Normandia.

Mapa 1 – Mapa de localização do Lago Caracaranã



Fonte: Elaboração de Lima, Vale, Senhoras (2015) a partir da base de dados do IBGE.

[2] A Terra Indígena Raposa Serra do Sol está organizada administrativamente entre quatro etno-regiões: Serras (população de 10.162 habitantes), Raposa (4.209 habitantes), Baixo Cotingo (2.898 habitantes) e Surumu (2.664 habitantes).

Conforme Rosas e Nogueira (2002), o Município de Normandia, onde fica localizado o Lago Caracaranã, foi criado pela Lei Federal Nº 7009 de 1º de julho de 1982, e, recebeu este nome em homenagem à região Francesa de *Normandie*. Após a decisão judicial do Supremo Tribunal Federal (STF) de reconhecer a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (TIRSS) em área contínua entre os municípios de Uiramutã, Pacaraima e Normandia, o território do Lago Caracaranã passou por um processo de desintrusão dos ex proprietários com a mudança do direito de propriedade para os povos indígenas da etno-região da Raposa (VERAS, 2014).

As conjunturais transformações no uso do Lago Caracaraña nas últimas cinco décadas somente podem ser compreendidas à luz das forças estruturais de longa duração existentes na sua formação territorial, as quais foram se cristalizando por dinâmicas conflitivas entre colonizadores e colonizados, entre nativos e colonos, ou, propriamente, entre índios e não índios desde o século XVII.

Localizados em território que no seu contexto histórico sempre foi de interação e eventuais conflitos, o Lago Caracaranã e os territórios da atual TIRSS apresentaram uma multiterritorialidade caracterizada pelo processo de interação entre atores nativos e atores alienígenas em seis momentos de formação territorial (MARTINEZ, 2016; SANTILLE, 1994):

1) Até o século XVII, era característica a presença rarefeita do povo indígena Macuxi em uma relação harmônica de sócio natureza na região da atual Normandia;

2) No século XVII, surgiram os primeiros contatos entre povos indígenas com colonizadores portugueses, holandeses e espanhóis que exploravam a região por

meio de rios e trilhas indígenas próximas para a extração de drogas do sertão e de mão de obra indígena;

3) A partir do século XVIII, houve a conquista da bacia do Rio Branco pelos portugueses no século XVIII e conseguinte introdução sistemática do gado por meio da formação das primeiras fazendas até a Normandia;

4) No final do século XIX até meados do século XX, a consolidação da pecuária e surgimento de diferentes fazendas na região do atual município da Normandia limitou o Lago ao uso produtivo e lazer privado;

5) A partir da década de 1970 se estrutura um ciclo de exploração turística do Lago que se desenvolve gradativamente em escala na Fazenda Caracaranã ao longo dos períodos posteriores até 2008;

6) No ano de 2008, com a decisão do STF de demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (TIRSS), a mudança do direito de propriedade da terra do Lago Caracaranã trouxe novos usos e ressignificações em termos de territorialidade.

Com base nesta cronologia fundamentada em seis períodos observa-se a presença de uma força estrutural conflitante entre indígenas e não indígenas nos territórios da atual Normandia que vai se cristalizando ao longo do tempo por meio da formação de fazendas para ocupação produtiva pecuarista. A lógica portuguesa de ocupação dos territórios da Normandia tornou-se na estrutura predominante de exploração destes territórios nos períodos de Monarquia e República.

Segundo Farage (1991), a fixação portuguesa em Roraima foi efetivada por ocupação militar na confluência dos rios Uraricoera e Tacutú por meio da instalação do Forte de São

Joaquim, o que facilitou o aldeamento de indígenas, mantidos por ordens religiosas empenhadas em "domesticar" e preparar os índios para o trabalho por meio de um processo educativo religioso e etnocêntrico, e, com o passar do tempo possibilitou a formação das primeiras fazendas pecuaristas na região nas áreas campestres conhecidas como lavrado.

A relação conflituosa que se instaura entre indígenas e não indígenas em sua característica estrutural passou por uma evolução de uma primeira noção de riqueza ligada à propriedade dos próprios indígenas pelo homem branco, ao usá-los por meio da força como mão de obra escrava na época portuguesa, para uma segunda noção, de riqueza ligada à propriedade das terras indígenas, de campos propícios para a exploração do gado nos períodos da Monarquia e da República, inclusive como política de Estado para ocupação da Amazônia por meio de incentivos de interiorização por meio de migrações para ocupação, predominantemente, de nordestinos (VERAS, 2014).

Tomando como referência os marcos de geografia política de Raffestin (1993), o entrecruzamento temporal dos marcos de periodização específica presentes nos territórios da atual TIRSS acabam conformando um campo de poder em cada período que revela os conflitos existentes entre indígenas e não indígenas e o próprio sentido de territorialidade construído por cada um destes grupos.

Circunscrita por uma dinâmica estrutural da ocupação territorial do Estado Português, com repercussão na escravização indígena, ou, do Estado Brasileiro, com a conseguinte expulsão dos indígenas macuxis de suas terras, a inflexão surgida com a demarcação em área contínua da TIRSS não apenas rompeu com uma lógica verticalizada de exploração conduzida pelo Estado, mas, também reinfatizou as territorialidades e os conflitos latentes entre indígenas (nativos) e fazendeiros (intrusados).

1.1 Caracterização Socioambiental do Lago Caracaranã

O bioma do território no qual está circunscrito o Lago Caracaranã, em Normandia, é caracterizado por uma vegetação nativa de campos gerais, cujo perfil rasteiro é qualificado como cerrado ou lavrado devido à savana estépica (arbórea densa) e savana (parque e gramíneo lenhosa), tendo ao norte um perfil de terreno montanhoso, próprio do escudo Guianês, em contraposição ao perfil plano e recortado por um complexo de 90 formações lacustres ao centro e sul.

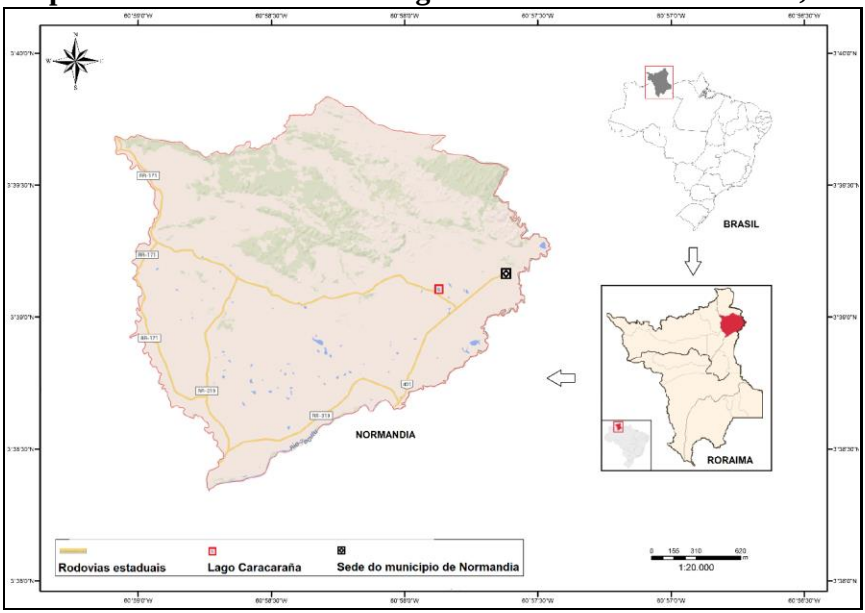
Fruto de um bioma rasteiro e de um relevo ondulado com cristas e pontões, o território caracterizado por 60% de áreas montanhosas, 30% de áreas planas e 10% de elevações agrupadas, o clima predominante é do tipo tropical chuvoso com períodos secos, sendo a precipitação pluviométrica de 1.500 mm e a temperatura média de 26 C^{o} (SILVA Jr, 1994; FGV, 2000).

No contexto próximo do Lago Caracaranã, a hidrografia presente em Normandia é o reflexo de um complexo lacustre combinado a poucos rios que acabam delimitando suas fronteiras municipais, haja vista o destaque presente à Oeste do rio Surumu e à Leste, os rios Viruaquim e Maú, sendo este último, responsável pelos primeiros deslocamentos humanos à região, razão pela qual tornou-se foco de homenagem à época da elevação da vila de Normandia à categoria de Distrito de Conceição de Maú.

Conforme observação realizada por imagens de satélite disponibilizados pelo software Google Earth, das 90 formações lacustres presentes no município de Normandia, o Lago Caracaranã não é a maior e tampouco apresenta característica distinta em relação às demais, razão pela qual seu reconhecimento como paisagem turística pode ser compreendido como o resultado de uma exploração socioeconômica e de sua posição geográfica de

fácil acesso em relação aos fluxos de adensamento populacional oriundos da capital roraimense, Boa Vista.

Mapa 2 - Área de Estudo do Lago Caracaranã em Normandia, RR



Fonte: Elaboração própria. Base de Dados: IBGE

Pertencente ao município de Normandia[3], e, mais especificamente à etno-região da Raposa no Território Indígena Raposa Serra do Sol (TIRSS), a localização do lago Caracaranã em uma ampla área de savana na região nordeste do estado de

[3] Com a demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, o município da Normandia tornou-se totalmente terra indígena, à exceção do plano urbano, a própria sede, a qual incorre em claros limites para sua expansão e perda da autonomia para seu desenvolvimento que historicamente sempre esteve ligado às atividades da agropecuária no perímetro rural.

Roraima, tem como coordenadas geográficas 03º50’41” N e 59º46'52,1 W, situando-se na depressão da Formação Boa Vista (SILVA, 2008).

Segundo a tradição indígena transmitida oralmente de geração em geração, o nome do Lago Caracaranã é oriundo da palavra Karakarana, o qual na língua Macuxi remete a uma lenda sobre um pássaro, supostamente o caracará, que habitava nesta área e que fora caracterizado pela onomatopeia sonora de seu gorjeio que se repetia no padrão Kara / Kara / Karana (CARVALHO, 2013).

Embora o Lago Caracaranã possua um formato ovalado, com 5,8 Km de perímetro e uma profundidade que varia entre 2 e 5 metros entre os períodos secos e chuvosos (SILVA Jr, 1994), a sua exploração sempre aconteceu em uma área restrita em que há a presença de areia fina e de um complexo de cajueiros plantados no início do século XIX, justamente com a finalidade garantir a preservação ambiental e as condições da paisagem, sem incorrer na derrubada de mata nativa e consequente deterioração ambiental.

A área do Lago, por estar localizada no município amazônico de Normandia, apresenta clima caracterizado como tropical úmido, com temperaturas que variam entre 25 ^{o}C e 35 ^{o}C em razão da sazonalidade anual que se estrutura ciclicamente por meio de um período de chuvas entre abril e setembro e outro período de estiagem entre os meses de outubro e março (LIRA, 1996; SILVA, 2010).

A caracterização da área do lago Caracaranã é identificada pela beleza da paisagem natural, com praias de areia fina e com uma brisa conhecida, popularmente, como Cruviana que propiciaram a exploração de um padrão de ecoturismo alicerçado no *camping* e na exploração do lago para banhismo e para a prática de esportes como iatismo, esqui aquático, *windsurf* e voos em

ultraleves, beneficiados por uma pista de pouso nas proximidades do lago.

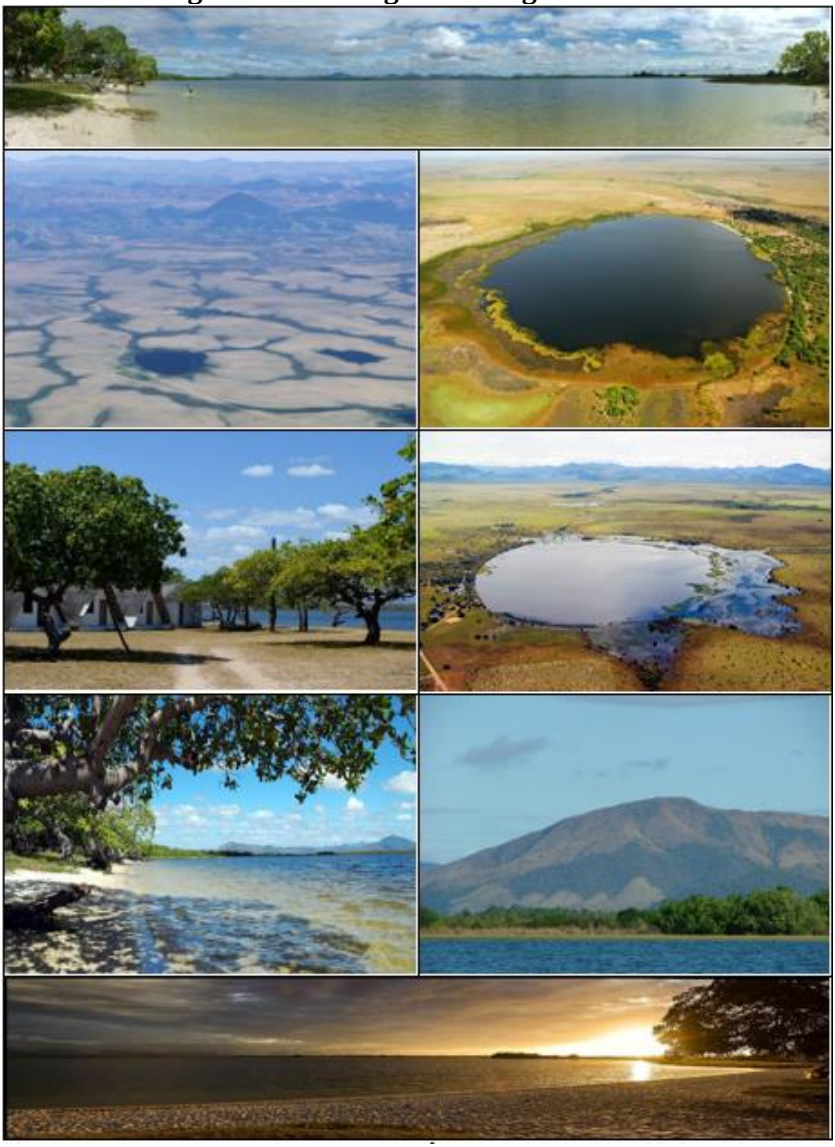
Como resultado da primeira análise microbiológica da água do Lago Caracaranã, realizada no ano de 2004, em conformidade com a resolução CONAMA 274/2000, as amostras laboratoriais demonstram que a sua classificação é de *categoria excelente*, o que reforça o potencial turístico para a região, destacando-se que na época da coleta, ainda existia um intenso uso turístico da paisagem (OLIVEIRA, 2004).

Corroborando com esta análise, a pesquisa de Silva *et* al. (2010) atesta que a qualidade das águas do lago Caracaranã é conformada pela sua caracterização enquanto sistema oxigenado, levemente ácido, com baixa concentração de nutrientes, sendo classificada pela análise de fitoplânctons como oligotrófico devido à reduzidas densidades populacionais.

A riqueza da paisagem natural do Lago Caracaranã é oriunda da combinação visual de suas águas claras em relação ao seu paradisíaco entorno próximo (Fotografias 1E e 1F), o qual é composto por uma vegetação campestre de gramíneas e arbustos, tendo como pano de fundo ao norte um relevo cujo cenário se estrutura por meio de uma cadeia de serras e colinas (Fotografias 1A, 1B e 1D).

Segundo Melo (2015), embora a paisagem natural tenha sofrido pouca transformação antrópica na área do lago, as intervenções humanas foram caracterizadas por estruturas artificiais dos equipamentos infra estruturais de recepção das pessoas, construídas na década de 1980, bem como por estruturas naturais exógenas, consolidadas por uma construção paisagística de cajueiros, oriundos do Ceará no início do século XX (Fotografias 1C e 1E).

Fotografia 1 – Paisagem no Lago Caracaranã



Fonte: Foto A: Google Earth (2015); Foto B: Macêdo (2015); Foto C: Costa (2014); Foto D: Orihuela (2015); Fotos E e F: Caleffi (2015).

A despeito da mudança dos direitos de propriedade, após a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (TIRSS) e a desintrusão de fazendeiros da região, inclusive da família Corrêa de Melo, antiga proprietária da fazenda Caracaranã, o Lago Caracaranã permaneceu com um padrão de uso ao longo de todo o ano, independente dos períodos de seca, ou, de chuva, da região, os quais poderiam caracterizar estações de alta e baixa temporada.

No período de Verão (fotografia 1B), caracterizado por altas temperaturas, o Lago Caracaranã perde parte de seu volume em razão da evaporação, o que repercute na formação de uma área pantanoso em boa parte de sua extensão, razão pela qual é explorada para banho apenas na parte sudoeste, onde não apenas existe uma formação de praia com areais finas, mas, também, propositalmente foram instalados os equipamentos turísticos infra estruturais.

No período de Inverno (fotografia 1D), caracterizado por chuvas e temperaturas mais amenas, por mais que as águas do Lago Caracaranã expandam de tamanho, recobrindo lateralmente parte da vegetação ciliar ao seu redor, inclusive o banco de areia utilizado pelos banhistas na região sudoeste, ele sempre teve uso como espaço de lazer e recreação, tanto, na época da administração da fazenda Caracaranã, quanto, na atual administração da etno-região da Raposa, em parceria com o Conselho Indígena de Roraima (CIR).

Uma vez identificada a caracterização socioambiental da área de estudo, toma-se como referência, a seguir, a análise histórica sobre a exploração do ecoturismo no Lago Caracaranã com base em uma dupla periodização que se estrutura com distintas características ao longo do tempo, em primeiro lugar, por meio de uma fazenda privada, e, em segundo lugar, com a transformação em terra indígena, devido às mudanças no direito de

propriedade e nos padrões de gestão após a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (TIRSS).

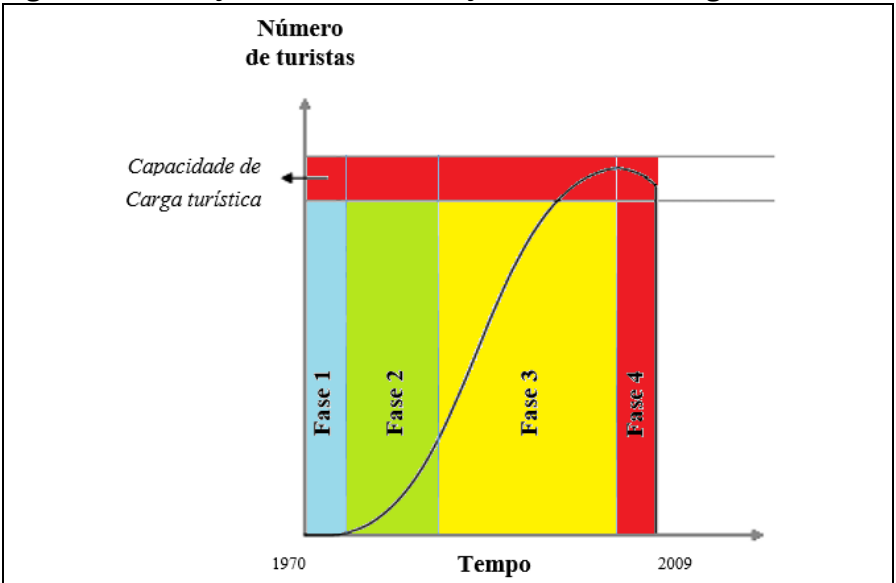
2. EXPLORAÇÃO DO ECOTURISMO NO PERÍODO DE FAZENDA

O uso da paisagem natural do lago Caracaranã como um meio produtivo de exploração turística deve ser compreendido a partir de um ciclo de serviços constituído por diferentes fases ao longo do tempo, segmentadas pelo período de lançamento da exploração turística (década de 1980), pelo período de desenvolvimento ampliado dos serviços turísticos (década de 1990), e, pelo período de declínio e fechamento dos serviços turísticos (década de 2000).

Em todas as três fases de exploração do Lago Caracaranã existiu um padrão de turismo ecológico que se caracterizava pela valorização do meio ambiente e de sua paisagem natural para desenvolvimento de atividades recreacionais e de lazer dos participantes, respeitado o princípio de sustentabilidade, ao conciliar desenvolvimento e conservação ambiental (WALKER e MOSCARDO, 2014; PARKS e ALLEN, 2009).

Na primeira fase, na década de 1970, a *exploração embrionária* do Lago Caracaranã nos períodos de férias surgiu naturalmente em razão das visitações feitas por amigos do proprietário, Sr. Joaquim Corrêa de Melo, bem como dos colegas de escola de seus filhos, oriundos de Boa Vista, o que repercutiu na difusão oral do mito de um paraíso natural nas terras de Normandia.

Figura 2 – Evolução do ciclo de serviços turísticos no Lago Caracaranã



Anos 1970	Fase 1	*Exploração embrionária*	Exploração recreativa e difusão oral da paisagem do Lago Caracaranã feita por amigos dos proprietários.
Anos 1980	Fase 2	*Estruturação dos serviços turísticos*	Instalação de equipamentos turísticos infra estruturais por meio de parceria com agência de turismo.
Anos 1990	Fase 3	*Boom dos serviços turísticos*	Construção de uma paisagem cultural dinâmica por meio de festas e festivais.
Anos 2000	Fase 4	*Declínio dos serviços turísticos*	Recepção de um volume elevado de turistas próximo ao limite de carga socioambiental.

Fonte: Elaboração própria. Baseada em Butler (2006); Takeuchi e Senhoras (2009).

O espontâneo surgimento de uma demanda exógena à região para explorar a paisagem do Lago Caracaranã impactou gradativamente no aumento do fluxo de visitantes a convite e sem

custos pela família Corrêa de Melo, o que repercutiu na ideia de profissionalmente explorá-lo como centro turístico já no final dos anos 1970 a partir da visão do filho mais velho, quando o Sr. Joaquim Corrêa de Melo era Administrador da Normandia entre 1976 e 1978[4].

Conforme Rosas e Nogueira (2002), Luiz Otávio Corrêa de Melo, filho do fazendeiro Joaquim Corrêa de Melo, foi o idealizador da implementação junto com o pai da exploração turística do Lago Caracaranã na fazenda da família, tornando-o símbolo do município e uma das paisagens naturais de destaque em Roraima, a partir de uma ideia planejada no final dos anos 1970 que seria implementada no começo dos aos 1980.

Na segunda fase, na década de 1980, a *estruturação dos serviços turísticos* no Lago Caracaranã, começou por meio de uma parceria de arrendamento ao longo dos anos de 1982 e 1984 entre a família Corrêa de Melo, proprietária da Fazenda Caracaranã, aonde se localiza o lago, e, a operadora de turismo, Roraima Turismo Ltda (ROTUR), responsável pela criação dos equipamentos turísticas e pelo funcionamento dos serviços turísticos no lago nos fins de semana e feriados (MELO, 2015).

Em um período com baixas opções de lazer em Roraima, por mais que o transporte de visitantes de Boa Vista para o Lago Caracaranã demorasse entre 8 e 10 horas devido à dependência de um trajeto rodoviário não pavimentado, o qual incluía o transporte dos veículos em duas áreas com balsas, a exploração do

[4] Na década de 1950, o aumento da ocupação sócio espacial da região ligada à atividade agropecuária repercutiu na transformação da vila de Normandia à categoria de distrito do Município de Boa Vista no ano de 1955, sob a denominação de Distrito de Conceição de Maú, uma clara alusão ao nome da fazenda de exploração originária da pecuária na região, fundada pelo cearense José Amâncio de Lima, (NOVAIS, 1993; ROSAS e NOGUEIRA, 2002).

aproveitamento turístico do lago caracterizou-se com amplo sucesso.

Para que a exploração turística fosse eficiente na recepção de visitantes nos fins de semana e feriados, a empresa ROTUR construiu uma infraestrutura de apoio e serviços com base em equipamentos turísticos que incluíam 10 chalés de madeira, do tipo alpino, 10 apartamentos de alvenaria, 1 restaurante, 1 bar, 1 galpão de festas e eventos e 1 área de *camping* com banheiros coletivos (Fotografias 1A e 1B).

Conforme entrevista com o antigo proprietário da fazenda Caracaranã, Sr. Joaquim Corrêa de Melo, com uma média de 20 a 30 turistas recepcionados nos fins de semana, a exploração dos serviços turísticos tinha uma gestão completamente centralizada pela operadora de turismo, ROTUR, contando com 8 a 10 funcionários e serviços de transporte em vãs desde Boa Vista (MELO, 2015).

A partir de 1983, uma vez quebrado o contrato de arrendamento, a administração da exploração do turismo coube à família Corrêa de Melo, inicialmente sob responsabilidade do filho mais velho, Luiz Otávio Corrêa de Melo, e, após o seu falecimento no ano de 1992, sob a responsabilidade de uma administração rotativa dos demais irmãos.

Na terceira fase, na década de 1990, *o boom dos serviços turísticos* no Lago Caracaranã, ocorreu em um momento sincrônico à consolidação das redes de infraestrutura da rodovia BR 401 e de energia elétrica na região, o que propiciou a diminuição do tempo de transporte entre Boa Vista e o Lago para menos de 2 horas, bem como diminuição do custo da energia e melhores condições de conforto e de atendimento ao turista.

Fotografia 2 – Equipamentos turísticos e atrações do Lago Caracaranã

Fonte: Fotos A e F: Melo (2015); Foto B: CIR (2015); Foto C: Alves (2014); Fotos D e E: Macêdo (2015).

Nesta década, a caracterização da área do lago Caracaranã deixa de ser identificada apenas pela beleza da paisagem natural, com praias de areia fina e uma constante brisa conhecida como cruviana, mas passa a ser conhecida, também pela exploração de uma multiplicidade de atividades de ecoturismo, prática da pesca e de esportes como iatismo, esqui aquático, *windsurf* e voos em

ultraleves, beneficiados por um campo aberto que servia como pista de pouso nas proximidades do lago.

Neste período, a potencialidade do ecoturismo na fazenda Caracaranã, não se resumia às atividades de lazer e esportes diretamente ligados às águas do Lago Caracaranã, mas antes, se baseava em uma concepção ampliada de serviços turísticos de uma fazenda com uma vasta área campestre, propícia para atender a um público eclético de famílias e jovens, que buscavam, tanto a paisagem natural, por meio do campismo e passeios de cavalo um contato individualizado com a natureza, quanto, a paisagem cultural, construída por meio de festas e festivais movidos a forró ou pelas corridas de *speedway* que atraiam centenas de jovens.

Nos anos 1990, a despeito da simplicidade do pórtico da fazenda Caracaranã mostrar as rugosidades do papel do gado no desenvolvimento regional, dentro de suas porteiras surgiu um inovativo padrão pluriativo de serviços turísticos que foi gradativamente sendo potencializado pela promoção do desenvolvimento cultural na vida roraimense, por meio do lançamento de grupos musicais locais em festas de forró nos feriados e fins de semana, ou, em dois grandes eventos anuais.

É neste momento que a vida cultural roraimense, na ausência de atrações e atividades na capital, Boa Vista, se deslocava para o Lago Caracaranã a fim de participar, tanto, nos fins de semana, de noites de bailes de forró ou de tardes de guerras musicais, oriundas potentes autofalantes dos carros, quanto, no mês de Janeiro, do *Festival de Verão*, ou, nos meses de Setembro ou Outubro, do *Festival Caracaranã* (SILVA NETO, 2015).

Em razão da paisagem cultural construída pontualmente sobre a paisagem natural do Lago Caracaranã, a fazenda Caracaranã deixou de ser um polo produtor da pecuária, e, portanto, dinamizador do setor 1º, já que a geração da renda tornou-se concentradamente dependente da atração de visitantes,

passando a ser um polo de serviços, dinamizador do setor 3º no município da Normandia.

Como polo difusor do desenvolvimento cultural em Roraima[5], com concursos de *miss*, como o *Garota Caracaranã* (Figura 2 D) e lançamento de bandas musicais, como a tradicional "Pipoquinha de Normandia" (Figura 2 C), a fazenda Caracaranã se tornou em um dos maiores empregadores do município de Normandia, tendo de 20 a 30 funcionários, muitos deles indígenas, a fim de atender entre 200 e 300 visitantes nos períodos de pico.

O boom de expansão da exploração dos serviços de turismo neste período é o reflexo da consolidação da infraestrutura turística construída na década de 1980, no período de administração da ROTUR, a qual fora ampliada pela família Corrêa de Melo, com a construção de 6 novos chalés e quadras esportivas.

Em razão do perfil dos fluxos de turistas que visitavam o Lago Caracaranã, concentradamente oriundos de Boa Vista e Manaus, mas também da Venezuela, e, mais marginalmente da Guyana, a exploração do ecoturismo no Lago Caracaranã caracterizou-se a partir da década de 1990 por um padrão transfronteiriço de paradiplomacia turística que se estruturou com base nas rotas de uma porção da área conhecida na historiografia como Amazônia Caribenha, ou Ilha das Guianas (OLIVEIRA, 2014).

Na quarta fase, na década de 2000, o *declínio dos serviços turísticos* na fazenda Caracaranã estruturou-se em dois momentos por razões distintas e cumulativas, já que, no início da década surgiu uma política da Família Corrêa de diminuição do número de

[5] Como polo atrator do turismo na Tríplice Fronteira, Venezuela-Brasil-Guyana, muitas das inovações culturais à época, consolidadas na fazenda Caracaranã, acabaram sendo copiadas e passaram a fazer parte da vida do roraimense, como as guerras de som entre jovens e o surgimento de festivais municipais, principalmente nas cidades do interior de Roraima, ou, ainda, concursos de beleza como o *Garota Matrinchã*, na capital, Boa Vista.

visitantes por meio da redução da escala e da periodicidade dos eventos e festas.

Por um lado, a elevada escala numérica de grupos de jovens visitantes para explorar atividades de ecoturismo no Lago durante 24 horas nos fins de semana, feriados e períodos de férias começou a impactar em crescente bagunça e poluição socioambiental, o que, por conseguinte afastava as famílias do próprio lago, repercutiu, assim na decisão família Corrêa de Melo de diminuir o número de eventos e festivais[6].

Por outro lado, o fim da judicialização política da Demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (TIRSS) pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no ano de 2009 repercutiu no fechamento do Lago Caracaranã para visitação pública, logo após o processo de desintrusão dos antigos proprietários da fazenda Caracaranã, até a conformação de uma nova agenda de uso integrado e sustentável desta área em 2013 pelo Conselho Indígena de Roraima (CIR) e os povos indígenas que habitam a etno-região da Raposa.

O fim abrupto do ciclo de serviços turísticos do Lago Caracaranã é revelador do federalismo fundiário existente em Roraima, no qual as intervenções federais com o objetivo de promover causas indígenas e ambientais na Amazônia por meio da criação de reservas, acaba fragmentando até mesmo as dinâmicas territoriais ligadas à defesa e promoção do desenvolvimento

[6] Embora, o número de festivais tenha diminuído, o Lago Caracaranã completou 20 anos promovendo eventos que atraiam um elevado número de jovens, sendo o primeiro Festival inaugurado em 1988 e o último promovido no ano de 2008 (MELO, 2015).

sustentável da região, o que sistematicamente tem polarizado a própria sociedade[7].

3. EXPLORAÇÃO DO ECOTURISMO NO LAGO CARACARANÃ NO PERÍODO DE TERRITÓRIO INDÍGENA

Embora no imaginário do homem não indígena o Lago Caracaranã seja sempre pensado em sua dimensão material de exploração do ecoturismo, por sua vez, no imaginário indígena não existe uma necessária correspondência, sendo identificado mais como uma área propícia a uma cosmovisão de sociotureza, de harmonia na relação indígena/meio-ambiente.

O lago Caracaranã se apresenta com a mesma dimensão simbólica em relação a outros lagos e lagoas existentes em Normandia, sendo parte de um complexo lacustre caracterizado como rugosidade, por meio de linhas de água e praias do extinto Lago Parima, presente nas lendas indígenas da região, o qual também é chamado de Lago Rupununi ou Manoa e teria se

[7] "O Estado, para fazer justiça aos índios, acabou por cometer injustiças em relação aos aludidos e desiludidos não índios, posto que compulsoriamente retirados das terras nas quais se radicaram por ação do próprio Estado, não foram devidamente indenizados e foram humilhados com o rótulo de intrusos. [...] Ao assim agir, o Estado violou normas éticas e atingiu negativamente a dignidade dos "desintrusados". Indubitavelmente, os acontecimentos que culminaram com a retirada dos não índios da terra indígena em alusão causaram fratura a sua imagem e honra, ou seja, configuraram lesão aos direitos da personalidade. [...] É importante registrar que o governo indenizou apenas as benfeitorias, desconsiderando o valor das terras, mesmo daquelas com títulos definitivos, e tempo de residência das famílias. Os títulos foram declarados nulos, sob o fundamento de que eram terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, ou seja, terras da União, de acordo com o laudo antropológico da área" (VERAS, 2014, p. 08; 104; 145).

localizado nos campos dos territórios de Roraima e Guyana, com uma suposta extensão de 80.000 km^2 (STEVENSON,1994).

O fato do lago Caracaranã não ser compreendido como uma excepcionalidade no imaginário das comunidades tradicionais da região, mas antes, mais uma localidade sagrada de manifestação de suas crenças e lendas, demonstra que o seu aproveitamento material não se torna uma prioridade e necessariamente se faz de maneira distinta ao padrão exploratória à época da fazenda Caracaranã, valorizando a dimensão harmônica da relação indígena e natureza.

Conforme Oliveira (2013), pesquisador indígena residente na Terra Indígena Raposa Serra do Sol (TIRSS), a exploração do ecoturismo no Lago Caracaranã como uma alternativa econômica não é compreendida como uma prioridade material pelos povos tradicionais ali presentes, haja vista a relevância de outros temas para o dia-a-dia das comunidades indígenas.

> "Em 2010 participei da seleção para o presente Mestrado com o projeto de pesquisa intitulado: Ecoturismo no Lago Caracaranã uma alternativa econômica para a TIRSS, onde fui aprovado para cursar o Mestrado. Porém durante minhas participações nas assembleias do CIR, percebi que os Povos Indígenas tinham outras demandas e que eram constantes os questionamentos da ausência do Estado para com as comunidades e terras indígenas de Roraima e buscavam apoio nas áreas de educação, saúde, agricultura, produção, transporte e outras reivindicações" (OLIVEIRA, 2013, p. 16).

No ano de 2013, quatro anos após a desintrusão de fazendeiros em razão da judicialização da demarcação da TIRSS

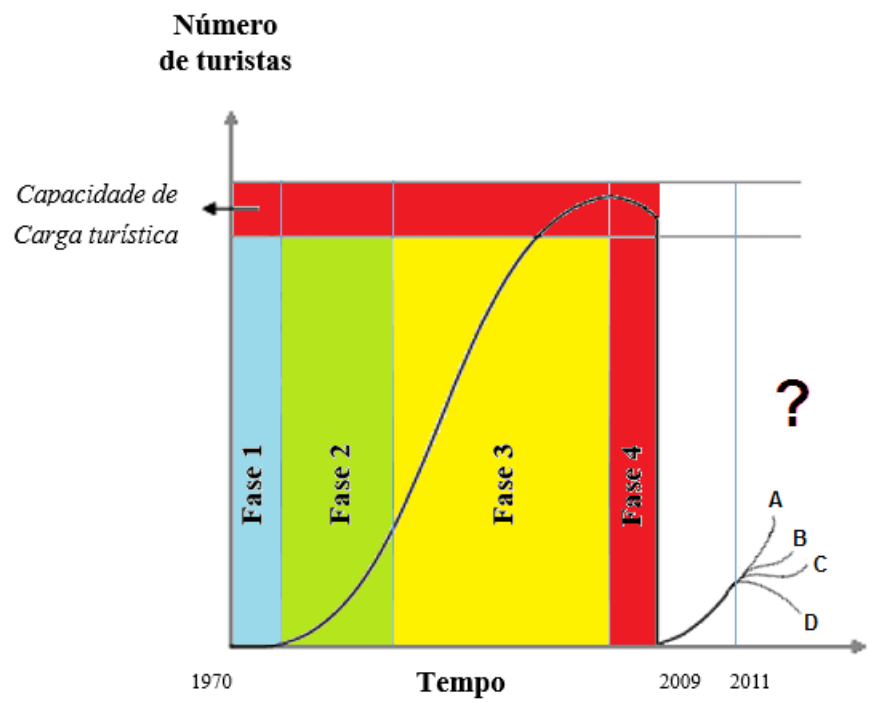
no Supremo Tribunal Federal (STF), houve a retomada da exploração ecoturística no Lago Caracaranã, não mais seguindo o padrão de escala da época da fazenda, mas agora sob um novo enfoque, razão pela qual não se pode dizer que há um padrão de declínio dos serviços turísticos, mas antes, surge um novo padrão de exploração em menor escala.

Conforme entrevista com agente indigenista da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em Roraima, embora a exploração turística do Lago Caracaranã seja compreendida como uma potencialidade para alavancar o etnodesenvolvimento da região, o tema é controverso, pois não há convergência entre as diferentes comunidades indígenas que compõe a TIRSS, dada o caráter sagrado da área (SILVA, 2015).

Mesmo não existindo consenso sobre a exploração turística do Lago, por decisão comunitária, este tem sido realizada de maneira improvisada por algumas famílias de indígenas, utilizando os equipamentos turísticos pré-existentes, embora, sem necessariamente haver treinamento ou uma política de comando e controle sobre a gestão por parte de órgãos como a FUNAI ou o CIR.

Por mais que Lago Caracaraña tenha sido reaberto à visitação pública, os impasses para uma política indígena de exploração do turismo como instrumento de etnodesenvolvimento repercutiram em um baixo volume de turistas e em um alto volume de críticas por parte dos operadores de serviços turísticos em Boa Vista e do próprio Poder Público Estadual (PEIXOTO, 2015; ZANONA, 2015).

Figura 3 - Ciclo de serviços turísticos no Lago Caracaranã a partir de 2009



Anos 2009	Fase 5	*Fechamento do Lago Caracaranã*	Uso exclusivo da comunidade indígena. Surge ressignificação como espaço de politização por meio do Centro Regional Lago Caracaranã.
Anos 2011		*Reabertura do Lago Caracaranã*	Baixo número de visitantes. Surgem questionamentos sobre a capacidade de reativação da dinâmica turística para a área, com geração de renda para os indígenas.

Fonte: Elaboração própria. Baseada em Butler (2006); Takeuchi e Senhoras (2009).

Diferentemente de outras áreas do Território Indígena Raposa Serra do Sol (TIRSS) em que as relações socioespaciais das comunidades indígenas são caracterizadas pelo fortalecimento da dinâmica de sociotureza, no Lago Caracaranã, o afastamento do indígena deste território devido à presença da fazenda nos séculos XIX e XX, acabou repercutindo em uma lenta e gradativa fragmentação de sua territorialidade, com consequente perda de sua cosmovisão simbólica e material do lago.

Embora a valorização simbólica e material da natureza pelo indígena apresente multifacetadas repercussões no seu dia-a-dia nas áreas de materialização de sua territorialidade por meio da cristalização de determinadas ações, costumes e rituais que podem ser absorvidas pela análise de um *calendário cultural* ou *socionatural* no tempo e no espaço, por sua vez, no caso do Complexo lacustre da Normandia em que se inclui o Lago Caracaranã, as fazendas de gado que multirecortaram os territórios das comunidades tradicionais entre os séculos XVIII e XX impactaram não apenas em processos de fragmentação territorial, mas também, de perda da memória cultural do indígena sobre esta paisagem natural.

Nesta contextualização, a área da antiga fazenda Caracaranã é apreendida temporalmente pelo conceito de multiterritorialidade, no qual o território original das comunidades indígenas passa a ser ocupado desde o século XVIII por não índios por meio do uso da força e com correspondente fragmentação territorial indígena para outras áreas, tornando-se o gado e o serviço turístico do lago em instrumentos de desterritorialização indígena na área (BETHONICO e MACHADO, 2011).

Com a demarcação da TIRSS, por mais que persista uma relação de identidade do indígena com o Lago Caracaranã, não mais existem rugosidades de ações, costumes, rituais e cerimoniais característicos até a chegada dos primeiros fazendeiros na região,

razão pela qual a nova relação de interdependência harmônica entre o indígena e esta paisagem incorre em um processo de ressignificação territorial, em especial, com a transformação do local em espaço de (re)produção do ativismo político das comunidades indígenas por meio de Reuniões, Conferências e Assembleias.

No ano de 2009, com a demarcação definitiva da TIRSS em área contínua, surgiu o projeto de construção do Centro Regional Lago Caracaranã, em parceria com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o Ministério da Cultura (MinC) e o Conselho Indígena de Roraima (CIR) a fim de tornar a área em um núcleo de promoção da cultura indígena e do etnoturismo, com base em uma estrutura funcional para a realização de eventos das comunidades indígenas (VASCONCELOS, 2009).

Quadro 1 – Atividades no Centro Regional Lago Caracaranã

2012	41ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas de Roraima
	XIX Assembleia dos Professores Indígenas de Roraima
	I Audiência Pública de Etnoturismo em Terras Indígenas
	II Encontro Estadual da Juventude Indígena de Roraima
2013	I Encontro dos pensadores da Educação Indígena
	Seminário sobre Mudanças Climáticas, REDD+ e Plano de Monitoramento e Vigilância das Terras Indígenas de Roraima
	42ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas de Roraima
	Atendimento da Associação Expedicionários da Saúde
	Visita da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmera de Deputados
2014	II Encontro Binacional Yanomami Ye'kwana
	Seminário Regional de Mulheres Indígenas
	43ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas de Roraima
	Atendimento do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima
	Fórum da Agricultura Familiar do Município de Normandia
2015	44ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas de Roraima
	XXII Assembleia Estadual dos Professores Indígenas de Roraima

Fonte: Elaboração própria. Baseada em revisão integrativa por ano (SENHORAS, 2015).
Base de Dados: 1880 páginas eletrônicas consultadas por meio do buscador Google.

No ano de 2012, com a estruturação do Centro Regional Lago Caracaranã (fotografias 3A e 3B), a tradicional paisagem natural do Lago Caracaranã passou por um ressignificação, tornando-se em um espaço de articulação política das lideranças e das comunidades indígenas, com uma pluralidade de eventos, organizados pelo Conselho Indígena de Roraima (CIR), haja vista que a área possui um valor simbólico como local sagrado e uma posição geoestratégica que supostamente facilitaria o encontro de diferentes comunidades indígenas existentes em Roraima, na Venezuela (OLIVEIRA, 2015).

Embora o Lago Caracaranã seja uma paisagem que continua sendo utilizada para o lazer, inclusive para a visita de não indígenas desde dezembro de 2011 a um custo de R$10,00 por visitante (OLIVEIRA, 2012), a nova dinâmica do local gira em torno do Centro Regional Lago Caracaranã, o qual pode ser caracterizado como um local de convenções para diálogo e construção das agendas das comunidades indígenas (fotografia 3C).

O polo atrator do Lago Caracaranã, que fora o principal centro de exploração do ecoturismo no estado, com um elevado número de visitantes em anos anteriores, sob a coordenação do Conselho Indígena de Roraima (CIR) e a administração de famílias da etno-região da Raposa, tornou-se concentradamente em um polo de politização indígena dada a marginalidade da exploração do ecoturismo.

Como não existe uma comunidade indígena residente na área da antiga fazenda Caracaranã, a sua exploração é realizada de maneira rotativa por diferentes famílias de comunidades próximas que ficam como responsáveis *in loco*, as quais são indicadas por meio de uma auto-organização participativa da etno-região da Raposa e sob a coordenação do Conselho Indígena de Roraima

(CIR), já que são eles que indicam quais são as famílias responsáveis *in loco* pelo Lago Caracaranã.

Fotografia 3 - O Lago Caracaranã da Terra Indígena Raposa Serra do Sol

Fonte: CIR (2015).

Uma vez que a reestruturação indígena dos empreendimentos na área é realizada de maneira gradual, desprofissionalizada e com baixo grau de conservação dos

equipamentos turísticos, observa-se uma clara falta de planejamento estratégico quanto ao uso do Lago Caracaranã, o que resultou em um vazio socioespacial e na formação de novas agendas de construção de uma territorialidade, como é o caso do projeto da horta comunitária, implementado no formato de um Sistema de Plantação em Mandala (Fotografia 3D).

Percebe-se que existe um assincronismo entre o simbolismo do Lago Caracaranã, vivo nos relatos das gerações mais velhas e que vai se perdendo no tempo, diante das novas percepções das gerações mais novas, as quais têm funcionalmente construído novas representações, cuja materialidade pode ser apreendida pela instalação física do Centro *Regional Lago* do *Caracaranã, como espaço convergente de diálogo e ativismo político indígena* (Fotografia 1C).

Como a identificação de determinadas ações, costumes, rituais e cerimoniais que fortalecem a relação de interdependência harmônica entre o indígena e a natureza é um instrumento funcional para compreender as dinâmicas de territorialidade das comunidades indígenas, cristalizadas em rugosidades no tempo e no espaço, no atual Lago Caracaranã, a perda das rotinas indígenas tradicionais abriu espaço para o surgimento de uma nova ressignificação material e simbólica após a demarcação da TIRSS, repercutindo em uma nova dinâmica de territorialidade, visualizada por um calendário sociocultural que exprime, tanto, a mobilidade espacial indígena em determinados períodos do ano, quanto, as ações de ativismo político e lazer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção de estudos sobre ecoturismo e etnoturismo na Amazônia tem passado por um crescimento significativo nas últimas décadas, muito embora, ainda apresente um viés concentradamente normativo em relação ao baixo número de estudos de casos, em especial, no caso de Roraima onde são raras as pesquisas desenvolvidas no estado.

Neste contexto de estudo, o Lago Caracaranã trata-se de uma paisagem existente dentro de um complexo territorial de lagos e lagos em Roraima, destacando-se não em razão de belezas naturais superiores em relação às demais formações hídricas da região, mas, justamente, por ter sido foco de um aproveitamento socioeconômico pelo homem, principalmente, a partir da década de 1970.

Como em qualquer outra paisagem, o Lago Caracaranã, apresenta um ciclo de vida na prestação dos serviços turísticos, cuja evolução foi marcada, tanto, por motivos organizacionais de planejamento e competência de gestão que impactaram no desenvolvimento ecoturismo, quanto, por contingências externas, que repercutiram em uma abrupta interrupção, com a demarcação contínua da Terra Indígena Raposa Serra do Sol.

No ciclo de vida do Lago Caracaranã, o desenvolvimento do ecoturismo pode ser compreendido em sua evolução a partir de duas macro fases, caracterizadas pelo papel da livre iniciativa e da intervenção estatal e que demonstram os campos de poder existentes, mesmo entre os atores que difundem o discurso construtivista do desenvolvimento sustentável.

A primeira macro fase caracteriza-se pela estruturação e expansão nas décadas de 1970 e 1980, bem como pela

consolidação dos serviços de ecoturismo nas décadas de 1990 e 2000, com base no papel de capilaridade empreendedora da família proprietária da fazenda Caracaranã, junto aos diferentes atores locais interessados, para a exploração do potencial natural.

A segunda macro fase, por sua vez, caracteriza-se pela deterioração das condições de exploração do ecoturismo, após a demarcação da TIRSS no ano de 2009 e um rápido período de fechamento do Lago Caracaranã para visitação pública até dezembro de 2011, quando os atores indígenas o reabrem em um novo contexto de ressignifição quanto às prioridades de uso da paisagem natural.

Por um lado, o sucesso da exploração do ecoturismo no Lago Caracaranã, entre as décadas de 1980 e 2000, pode ser compreendido pelo adequado aproveitamento da paisagem natural, respeitando o limite de carga turística conforme as análises lacustres sobre a qualidade da água nas temporadas de pico dos fluxos turísticos, em um contexto de *integração territorial* por meio das redes infra estruturais de energia elétrica e rodoviária, no qual a difusão de um *marketing* boca-a-boca e as parcerias dos proprietários com agentes turísticos e com empresários na promoção de eventos e festivais foram responsáveis por criar uma dinamização cultural para a área (MELO, 2015).

Por outro lado, em um contexto de *fragmentação territorial* com a demarcação da TIRSS, o fechamento do Lago Caracaranã entre os anos de 2008 e 2011, ao mesmo tempo, que restringiu o acesso de turistas à paisagem natural e cultural mais dinâmica de Roraima, também, impactou no desenvolvimento de um empreendedorismo político e econômico compensatório, o qual se materializou pela dinamização, tanto, de atividades culturais em outras localidades, como nos festivais do município de Pacaraima e em festas típicas dos municípios do interior, quanto, na criação

mercadológica de outros paraísos naturais, como é o caso do Lago do Robertinho, próximo a Boa Vista.

As quatro décadas de desenvolvimento do ecoturismo no Lago Caracaranã foram decisivamente comprometidas pelo breve período de fechamento sob a administração indígena, não apenas em função da falta de profissionais e de estrutura física, mas, também, porque novas paisagens naturais e culturais concorrentes surgiram, tomando como referência os mesmos modelos de empreendedorismo implementados pela família Corrêa de Melo na década de 1980.

A rápida transformação da dinâmica de exploração do ecoturismo no Lago Caracaranã, ao ser marcada por um processo de inflexão na capacidade de mobilidade das pessoas devido ao fechamento territorial promovido demarcação da TIRSS, trouxe consigo um contexto de insegurança ao turista para explorar a área, já que não existem marcos regulatórios ou parcerias com operadores de turismo, o Ministério do Turismo, ou, mesmo com os governos do município de Normandia e do estado de Roraima (ZANONA, 2015; PEIXOTO, 2015).

Em consonância a outros estudos sobre o papel do turismo na promoção do etnodesenvolvimento (NOGUEIRA, 2013; BRANDÃO, 2012; BARBOSA e SILVA, 2012), a presente pesquisa demonstrou que existem dificuldades na gestão territorial do Lago Caracaranã, tornando-se o espaço em um local de ressignificação, no qual o discurso da exploração do turismo ecológico ou étnico acaba se materializando como uma agenda marginal frente à outras atividades geradoras de renda, de natureza agropecuária, oriundas das antigas fazendas desintrusadas na TIRSS.

O panorama de deterioração das condições de exploração do ecoturismo no Lago Caracaranã não tem nenhuma condição

ambiental como empecilho, mas antes é engendrada, por um lado, pela falta de interesse, planejamento e capacitação das comunidades indígenas, e, por outro lado, pela falta de canais de comunicação e eventualmente polarização dos discursos entre os principais atores interessados que são as lideranças indígenas, a Funai, o CIR, bem como os operadores de turismo e os gestores públicos do município de Normandia e do estado de Roraima.

Por motivos internos na organização indígena e nos canais de comunicação com atores interessados no planejamento da exploração do Lago Caracaranã, e, por contingências externas de novas paisagens naturais e culturais mercadologicamente criadas, o Paraíso do Caracaranã vai se tornado cada vez mais retomando seu papel como espaço sagrado e de politização indígena, demonstrando que o discurso do etnodesenvolvimento da região com base no turismo ecológico ou étnico apresenta baixas condições de materialização.

Quanto à conclusão, a fim de contribuir para uma melhor caracterização e compreensão da evolução do ciclo de vida de um dos principais pontos turísticos consolidados em Roraima, por meio da identificação de diferentes periodizações de uso do Lago Caracaranã, a pesquisa apontou como resultados sete pontos conclusivos:

1. A formação socioambiental da área de estudo do Lago Caracaranã apresente diferentes é composta por diferentes períodos ou fases de apreensão do território, de uma concepção extrativa e cosmológica indígena no período anterior às invasões portuguesas, passando por uma concepção produtiva com base na pecuária com a ocupação conduzida sob a bandeira do Estado Português e do Estado Brasileiro Monárquico e Republicano, até se chegar à fase de exploração

turística a partir da década de 1970 e o retorna da terra aos indígenas em 2008 com a demarcação da TIRSS;

2. Localizado em um território caracterizado por uma vegetação nativa de campos gerais, o Lago Caracaranã é uma das 90 paisagens naturais presentes no complexo lacustre do município de Normandia, cuja exploração turística se fez em razão da construção de uma paisagem cultural atrativa ao turismo;

3. O Lago Caracaranã é uma paisagem natural que se tornou em um dos principais pontos turísticos em Roraima em razão do seu aproveitamento antrópico, sendo categorizado quanto ao ciclo de vida dos serviços turísticos em dois períodos que identificam diferentes usos, com a Fazenda Caracaranã desde a década de 1970, e, com a demarcação da TIRSS em 2008;

4. No final dos anos de 1970 quando ainda não havia sido difundida no Brasil a expressão "ecoturismo", o espontâneo surgimento de uma demanda exógena à região para explorar a paisagem do Lago Caracaranã impactou gradativamente no aumento do fluxo de visitantes ao local, tornando-o símbolo do município de Normandia e um dos principais pontos turísticos no estado de Roraima;

5. As implicações políticas da demarcação da TIRSS pelo STF em 2008 reverberam em uma crescente polarização social entre indígenas e não indígenas em Roraima, o que tem repercutido em um acirramento das tensões entre setores pró-desenvolvimentismo e pró-etnodesenvolvimentismo que se transbordam, também, em ações de boicote

ou de baixa adesão nas visitas desde a reabertura do Lago Caracaranã a partir do ano de 2011;

6. A reabertura pública do Lago Caracaranã por parte da comunidade indígena da etno-região da Raposa na TIRSS apresenta também um problema de organização para a exploração turística do local em razão da indefinição dos membros da comunidade indígena, já que persistem divergências entre os indígenas mais novos e mais velhos sobre o assunto e que repercutem em uma baixa capacidade de recepção;
7. Na ausência de uma agenda planejada para a exploração do turismo no Lago Caracaranã e frente aos boicotes da demanda, os fluxos turísticos tornaram-se marginais e novos usos têm sido estabelecidos pela comunidade indígena, principalmente em função da crescente ressignificação da área, de um status de paisagem simbólica para uma paisagem política de afirmação indígena, com a construção do Centro Regional Lago Caracaranã, o qual tem sistematicamente servido como principal local de reunião indígena no estado de Roraima.

Quanto aos impactos desta pesquisa, o livro aponta quatro eixos possíveis de contribuição que repercutem na perspectiva institucional da linha de pesquisa "Turismo e Políticas Públicas, no desenvolvimento profissional dos pesquisadores, bem como, na abertura de uma pioneira agenda de estudos turísticos, até então inexistente, sobre o Lago Caracaranã.

1. A pesquisa ora apresentada oportuniza o fortalecimento de uma rede articulada de pesquisadores do Rio Grande

do Sul e de Roraima, contando com a participação da mestranda e de seu orientador, de maneira a somar a agenda do grupo de pesquisa Interdisciplinaridade, Comunicação e Políticas Públicas em relação aos trabalhos sobre temáticas socioambientais na Amazônia;

2. Os resultados e produtos da pesquisa vão ampliar o horizonte científico na linha de pesquisa "Espaço e Problemas Socioambientais" do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, contribuindo assim para uma valorização dos estudos de caso e de pesquisas na região norte do país;
3. A pesquisa fortaleceu a articulação profissional do binômio ensino-pesquisa, pois os pesquisadores conseguiram um duplo-ganho oriundo de suas atividades como pesquisadores neste estudo e como professores e em curso de ensino superior em Boa Vista, RR.
4. Por fim, os resultados da pesquisa sobre o turismo em Roraima trazem um balanço histórico sobre a trajetória da exploração turística do Lago Caracaranã, o que oportunizou uma compreensão das diferenças no uso da terra entre o período da Fazenda estudada e o período de Terra Indígena.

Frente às transformações existentes no ciclo de vida do turismo no Lago Caracaranã, a pesquisa ora apresentada demonstrou que o território é um campo de poder dinâmico ao longo do tempo que incorpora distintas territorialidades e significações, razão pela qual aponta-se a necessidade, tanto, de desenvolver futuros outros estudos relacionados à temática que venham fornecer maior aprofundamento sobre a realidade indígena

e sobre as suas relações de socionatureza, quanto, de se estruturar políticas públicas em parceria com os povos indígenas findando promover estratégias de etnodesenvolvimento no local.

Conclui-se com base nas discussões apresentadas neste livro que a evolução do ciclo de vida dos serviços de ecoturismo estruturada no Lago Caracaranã, a partir da década de 1970, na Fazenda de mesmo nome é marcada por um momento de ruptura no ano de 2008 diante da mudança dos direito de propriedade consolidada pelo STF na demarcação da TIRSS, o que repercutiu na definição de um novo uso e uma ressignificação do território por parte da comunidade indígena local que coloca em xeque o futuro desta paisagem como ponto de destaque no turismo em Roraima.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, K. "Pipoquinha de Normandia - Tribo Paxana". **Youtube** [03/02/2014]. Disponível em: <www.youtube.com>. Acesso em 05/05/2015.

BARBOSA, I. K. P.; SILVA, C. B. C "Ecoturismo e etnoturismo na aldeia de Tramataia. Área de proteção ambiental da barra de Mamanguape-PB: Uma nova alternativa econômica sustentável ou mais um fator gerador de conflitos sócio-ambientais?" **Revista Âmbito Jurídico**, ano XV, n. 98, 2012. Disponível em <www.ambito-juridico.com.br>. Acesso em 03/05/2015.

BECKER, B. "Geografia política e gestão do território no limiar do século XXI". **Revista Brasileira de Geografia**, ano 53, n. 3, 1991.

BETHONICO, M. B. M.; MACHADO, A. "Relato de experiências na formação de gestores territoriais indígenas: o trabalho de campo como instrumento". **Revista Acta Geográfica**, vol. 5, n. 10, 2011.

BRANDÃO, C. N. **Turismo indígena como fator de desenvolvimento local e sustentável: Estudo multicascos em comunidades indígenas de Roraima**. Dissertação de mestrado. São Paulo: FGV, 2012.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Ministério do Meio Ambiente. **Resolução CONAMA, n. 274, 29 de Novembro, 2000**. Brasília: MMA, 2000. Disponível em <www.planalto.gov.br>. Acesso em 03/05/2015.

BRASIL. **Decreto Lei 7.009, de 1º de julho de 1982**. Brasília: Planalto, 1982. Disponível em <www.planalto.gov.br>. Acesso em 03/05/2015.

BUTLER, R. W. **"**The concept of a tourist area cycle of evolution: implications for management of resources**"**. **Canadian Geographer Journal**, vol. 4, n. 1, 1980.

BUTLER, R. W. (ed.). **The Tourism Area Life Cycle: Applications and Modifications**, **vol. 1**. Tonawanda: Channel View Publications, 2006.

CALEFFI, R. C. **Arquivo iconográfico sobre o Lago Caracaranã**. Boa Vista: Arquivo pessoal de Roberto Carlos Caleffi, 2015.

CAMPOS, A. M. N. "O ecoturismo como alternativa de desenvolvimento sustentável". **Caderno Virtual de Turismo**, vol. 5, n. 1, 2005.

CARVALHO, R. "Lago Caracaranã, em Roraima, está reaberto para turismo". **Programa Repórter Brasil**. Reportagem exibida em TV Brasil [18/02/2013]. Brasília: EBC, 2013. Disponível em: <www.tvbrasil.ebc.com.br>. Acesso em 04/05/2015.

CIR – Conselho Indígena de Roraima. **Arquivo iconográfico sobre o Lago Caracaranã**. Boa Vista: CIR, 2015. Disponível em <www.facebook.com/conselhoindigena.cir>. Acesso em 06/05/2015.

COSTA, E. **Arquivo iconográfico sobre o Lago Caracaranã**. Boa Vista: G1-RR, 2014. Disponível em <www.g1.globo.com/rr>. Acesso em 04/05/2015.

DOWLING, R.; GORMAN-MURRAY, A.; POWER, E.; LUZIA, K. "Critical Reflections on Doctoral Research and Supervision in Human Geography: The 'PhD by Publication'". **Journal of Geography in Higher Education**, vol. 36, n. 2, 2012.

FARAGE, N. **As muralhas dos sertões**: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1991.

FGV – Fundação Getúlio Vargas. **Plano de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável. Município de Normandia**. Boa Vista: FGV, 2000.

GONZÁLEZ, M. M. "Etnoturismo o turismo indígena". **Revista Teoria y Praxis**, n. 5, 2008.

GRANT, C. "Doctoral Studies Terrain: A Student's Experience of a Thesis by Publication". **Alternation**, vol. 18, n. 2, 2011.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HAGEN, N. S. "Deconstructing doctoral dissertations: how many papers does it take to make a PhD?". **Scientometrics**, vol. 85, n. 2, 2010.

LEE, A. "When the Article is the Dissertation: Pedagogies for a PhD by Publication". *In*: AITCHISON, C.; KAMLER, B.; LEE, A. (eds.). **Publishing Pedagogies for the Doctorate and Beyond**. London: Routledge, 2010.

LIMA, A. M. A; VALE, F. P.; SENHORAS, E. M. **Mapa georreferenciado de localização do Lago Caracaranã em Roraima, Brasil**. Boa Vista: UFRR, 2015.

LIRA, G. A. **Contribuição ao estudo sobre uso de plantas medicinais em Normandia-RR**. Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização. Boa Vista: UFRR, 1996.

MACÊDO, J. **Arquivo iconográfico sobre o Lago Caracaranã**. Boa Vista: Arquivo pessoal de Jorge Macêdo, 2015.

MARTINEZ, F. R. **Crescimento Econômico na Região Nordeste de Roraima**. Boa Vista: EdUFRR, 2016.

MELO, J. C. **Entrevista sobre a Fazenda Caracaranã**. Concedida aos pesquisadores Alexandrina Maria de Andrade Lima; Elói Martins Senhoras [02/05/2015]. Boa Vista: UFRR, 2015.

MORAES, A. C. R. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Editora Annablume, 2004.

NIVEN, P. P.; GRANT, C. G. "PhDs by publications: an 'easy way out'?". **Teaching in Higher Education**, vol. 17, n. 1, 2012.

NOGUEIRA, E. M. **Etnodesenvolvimento e Educação Indígena: Problemas e Perspectivas para a Implantação do Etnoturismo na Terra Indígena Raposa Serra do Sol na TIRSS, Região Ingarikó - WÎI TÎPÎ**. Dissertação de Mestrado. Seropédica: UFRRJ, 2013.

NOVAIS, S. M. **Diagnóstico microrregional do município de Normandia: 1992**. Boa Vista: SEBRAE/RR, 1993.

OLIVEIRA, J. A. **Balneabilidade do Lago Caracaranã, Normandia – RR**. Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização. Boa Vista: UFRR, 2004.

OLIVEIRA, N. "Turismo: Lago do Caracaranã já está aberto para visitação". **Jornal Folha de Boa Vista** [12/01/2012]. Boa Vista: FolhaBV, 2012. Disponível em: www.folhabv.com.br>. Acesso em 06/05/2015.

OLIVEIRA, R. G. "Amazônia Caribenha: a regionalização, os caminhos históricos e culturais". *In*: OLIVEIRA, R. G.; JUBITHANA-FERNAND, A. I. (orgs.). **Dos Caminhos Históricos aos Processos Culturais entre Brasil e Suriname**. Boa Vista: EdUFRR, 2014.

OLIVEIRA, Z. A. **Entrevista sobre etnoturismo no Lago Caracaranã**. Concedida ao pesquisador Elói Martins Senhoras [07/05/2015]. Boa Vista: UFRR, 2015.

OLIVEIRA, Z. A. **Segurança Alimentar nas Escolas Indígenas do Centro Willimom da Terra Indígena Raposa Serra do Sol**. Dissertação de Mestrado. Brasília: UNB, 2013.

ORIUHELA, T. **Arquivo iconográfico sobre o Lago Caracaranã**. Brasília: Arquivo pessoal de Tiago Orihuela, 2015. Disponível em <www.panoramico.com>. Acesso em 04/05/2015.

PARKS, H.; ALLEN, C. "The Development of a Framework for Studying Ecotourism". **International Journal of Management**, vol. 26, n. 1, April, 2009.

PEIXOTO, R. A. **Entrevista sobre ecoturismo no Lago Caracaranã com o Diretor do Departamento de Turismo da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento de**

Roraima, Ricardo Peixoto. Concedida à pesquisadora Alexandrina Maria de Andrade Lima [06/05/2015]. Boa Vista: UFRR, 2015.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

ROSAS, M. O. L.; NOGUEIRA, D. D. **Normandia: O município e os pioneiros do baixo Rio Maú**. Boa Vista: Editora Boa Vista 2002.

SANTILLE, P. **As fronteiras da República. História e política entre os Macuxi no vale do rio Branco**. São Paulo: NHII-USP/FAPESP, 1994.

SANTOS, M. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: EdUSP, 2006.

SENHORAS, E. M. "A Episteme da Geografia das Relações Internacionais". **Revista Intellector**, vol. XI, janeiro, 2015.

SENHORAS, E. M. **Revisão integrativa com base bibliométrica sobre Centro Regional Lago Caracaranã**. Boa Vista: UFRR, 2015.

SILVA, I. G. **Estrutura e funcionamento da comunidade fitoplanctônica em ambientes lacustres do estado de Roraima, Brasil**. Tese de Doutorado. Recife: UFRPE, 2008.

SILVA I. G.; MOURA N. A.; DANTAS E. W.; BITTENCOURT-OLIVEIRA, M. C. "Structure and dynamics of phytoplankton in an Amazon lake, Brazil". **Revista de Biologia Tropical**, vol. 58, n. 4, 2010.

SILVA Jr, T. A. **Roraima. O Brasil do Hemisfério Norte: Diagnóstico Científico e Tecnológico para o Desenvolvimento**. Boa Vista: Ambtec, 1994.

SILVA, M. L. **Entrevista sobre turismo no Lago Caracaranã com a agente indigenista da FUNAI-RR, Maria Lima da Silva**. Concedida à pesquisadora Alexandrina Maria de Andrade Lima [08/05/2015]. Boa Vista: UFRR, 2015.

SILVA NETO, T. A. **Entrevista sobre a Fazenda Caracaranã**. Concedida ao pesquisador Elói Martins Senhoras [01/05/2015]. Boa Vista: UFRR, 2015.

SMITH, S. **PhD by published work: a practical guide for success**. London: Palgrave, 2015.

STEVENSON, R. W. V. **Uma luz nos mistérios amazônicos**. Manaus: Suframa, 1994.

TAKEUCHI, K. P.; SENHORAS, E. M. **Planejamento e gestão estratégica da inovação no desenvolvimento de produtos**. Maringá: EDUEM, 2009.

TSE – Tribunal Superior Eleitoral. "Eleições". **Portal Eletrônico do TSE**. Brasília: TSE, 2015. Disponível em <www.tse.jus.br>. Acesso em 03/05/2015.

UNIVATES – Centro Universitário Unidade Integrada Vale do Taquari de Ensino Superior. **Resolução da Reitoria n. 167, de 10 de Dezembro de 2012**. Lajeado: Reitoria/Univates, 2012.

VASCONCELOS, S. "Lago Caracaranã será ponto de cultura e etnoturismo". **Folha de Boa Vista** [04/04/2009]. Boa Vista:

FolhaBV, 2009. Disponível em: www.folhabv.com.br>. Acesso em 06/05/2015.

VELOSO, T. P. G.; CAVALCANTI, J. E. A. "O turismo em sítios arqueológicos: algumas modalidades de apresentação do patrimônio arqueológico". **Revista de Arqueologia**, n. 20, 2007.

VERAS, P. D. **Terra Indígena Raposa Serra do Sol: demarcação, "desintrusão" e danos morais à luz da ética e do direito**. Dissertação de Mestrado. Boa Vista: UFRR, 2014.

WALKER, K.; MOSCARDO, G. "Encouraging sustainability beyond the tourist experience: ecotourism, interpretation and values". **Journal of Sustainable Tourism**, vol. 22, n. 8, 2014.

ZANONA, H. **Entrevista sobre ecoturismo no Lago Caracaranã com o operador de turismo, Hélio Zanona, proprietário da Makunaima Expedições**. Concedida à pesquisadora Alexandrina Maria de Andrade Lima [07/05/2015]. Boa Vista: UFRR, 2015.

SOBRE OS AUTORES

SOBRE OS AUTORES

Alexandrina Maria de Andrade Lima é bacharel em Turismo. Especialista pós-graduada *lato sensu* em Administração Hoteleira. Mestre em Ambiente e Desenvolvimento. Docente em cursos de ensino médio e ensino superior na área de Turismo. Email para contato: alexaturismo@gmail.com

Elói Martins Senhoras é bacharel em Economia e Ciência Política. Especialista, mestre, doutor e post-doc em Ciências Jurídicas. Pesquisador e professor em cursos de graduação e pós-graduação *stricto* e *lato sensu* da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Email para contato: eloisenhoras@gmail.com

Vanuscléia Silva Santos Rikils é bacharel em Administração de Empresas. Especialista pós-graduada *lato sensu* em Gestão de Pessoas e com MBA em Gestão Hospitalar. Mestre em Administração de Negócios Internacionais. Mestre em Ambiente e Desenvolvimento. Email para contato: cleia.rikils@gmail.com

COLEÇÃO

Comunicação & Políticas Públicas

COLEÇÃO
COMUNICAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

O Núcleo de Pesquisa Semiótica da Amazônia (NUPS), da Universidade Federal de Roraima (UFRR), está à frente do selo coleção "Comunicação & Políticas Públicas" e recebe propostas de livros a serem publicados em fluxo contínuo em qualquer período.

O texto deverá ter uma extensão de no mínimo de 40 laudas e no máximo 90 laudas configuradas obrigatoriamente em espaçamento 1,5, letra Times New Roman e tamanho de fonte 12. Todo o texto deve seguir as normas da ABNT.

Os elementos pré-textuais como dedicatória e agradecimento não devem constar no livro. Os elementos pós-textuais como biografia do autor de até 10 linhas e referências bibliográficas são obrigatórios. As imagens e figuras deverão ser apresentadas em arquivos separados, de maneira que ao longo do texto do livro sejam apenas indicados os espaços onde serão inseridas. As imagens deverão ser nomeadas e numeradas conforme os espaços indicados no texto.

A submissão do livro deverá ser realizada por meio do envio online de arquivo documento (.doc) em Word for Windows 6.0 ou versão mais recente. O autor ou autores devem encaminhar para o e-mail nupsbooks@gmail.com três arquivos: a) formulário de identificação do autor e da obra, b) livro com sumário no formato Word for Windows 6.0 ou versão mais recente, e, c) via escaneada de carta de autorização assinada pelo (s) autor (es) atestando que cede(m) seus direitos autorais da obra para a editora da Universidade Federal de Roraima.

ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA

Coleção "Comunicação & Políticas Públicas"

Núcleo de Pesquisa Semiótica da Amazônia (NUPS)

Universidade Federal de Roraima (UFRR)

Campus Paricarana

Bloco 1. Sala 179. Av. Cap. Ene Garcez, n. 2413.

Bairro Aeroporto. Boa Vista, RR.

☎ + 55 (95) 981235533 / ✉ nupsbooks@gmail.com

www.livroeletronico.net